



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UNICEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO – FACES
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS

NATÁLIA ROLLA DA COSTA

**A CONTRIBUIÇÃO DA OBRA *ALICE NO PAÍS DAS MARAVILHAS* PARA
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS ALUNOS DO ENSINO
FUNDAMENTAL II**

Brasília – DF

2013

NATÁLIA ROLLA DA COSTA

**A CONTRIBUIÇÃO DA OBRA *ALICE NO PAÍS DAS MARAVILHAS* PARA
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS ALUNOS DO ENSINO
FUNDAMENTAL II**

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES, do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, como requisito à aprovação e obtenção do grau de licenciado em Letras Português.

Orientador: Prof. MSc. André Moreira

Brasília – DF

2013

NATÁLIA ROLLA DA COSTA

**A CONTRIBUIÇÃO DA OBRA *ALICE NO PAÍS DAS MARAVILHAS* PARA
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS ALUNOS DO ENSINO
FUNDAMENTAL II**

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES, do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, como requisito à aprovação e obtenção do grau de licenciado em Letras Português.

Orientador: Prof. MSc. André Moreira

APROVADA EM ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. MSc. André Moreira

Brasília – DF

2013

A minha mãe, por ter me dado o dom da vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus e a São Jorge, por terem me proporcionado força e determinação quando perdia a calma, inclusive, por ouvirem minhas orações nos momentos mais difíceis.

À mulher da minha vida, que sempre me amou, educou, apoiou e confiou em mim: minha mãe, Rosalina. Ao meu pai Jorge (*in memoriam*) que mesmo não presente em minha vida, sei que está orgulhoso da minha escolha e formação.

Às minhas queridas amigas da faculdade Deyse Costa, Michele Souza e Tamara Bispo, que sempre foram companheiras não só na hora dos trabalhos e provas, como em minha vida, agradeço-lhes, inclusive, pela paciência que sempre tiveram comigo.

Ao meu companheiro e amigo, Igor, por acreditar em minha capacidade de ser uma pessoa melhor e compreender meus momentos de ausência durante a execução do trabalho.

Agradeço aos demais professores do curso de Letras que contribuíram profundamente para a minha formação intelectual.

Por fim, e não menos importante, agradeço ao meu professor orientador André Luis Gomes Moreira, pela sua paciência, instrução, dedicação, e, principalmente por conseguir entender minhas dificuldades e me guiar para o caminho certo. Meu profundo agradecimento.

“Não há beleza perfeita que não contenha algo de estranho em suas proporções”.

(Francis Bacon)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar como a compreensão da obra infanto-juvenil *Alice no País das Maravilhas*, de Lewis Carroll, pode contribuir para a formação da identidade dos alunos do Ensino Fundamental II. Sabe-se que a literatura para crianças e jovens é importante não só para o crescimento intelectual, como para ampliar a criatividade e imaginação. Porém, muitos professores e pais pensam que um livro de fantasia não trará nenhum benefício para o aluno, o que é um engano, pois livros do gênero maravilhoso estimulam a criatividade, a imaginação, e, inclusive, o aperfeiçoamento do pensamento lógico, além de aprimorar a leitura e a escrita. Todos esses fatores, de alguma forma, interferem na subjetividade do leitor, inclusive, em sua formação de identidade. Desse modo, este trabalho aborda como o gênero maravilhoso, em especial, a obra *Alice no País das Maravilhas*, pode influenciar na formação da identidade de crianças que estão passando pela fase da adolescência. Para tanto, apresentam-se os conceitos de infância e de adolescência, o processo de desenvolvimento da escola, elementos importantes para entender o porquê da literatura infanto-juvenil ter surgido e como ela deve ser mais bem estudada em sala de aula. Além disso, analisa-se o gênero maravilhoso e como ele está presente na obra, um breve histórico sobre a vida de Carroll, e por fim, como as características da obra contribuem para a maturação do aluno.

Palavras-chave: *Alice no País das Maravilhas*. Literatura infanto-juvenil. Construção da identidade. Adolescente.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 LITERATURA INFANTO-JUVENIL E RELATO SÓCIO-HISTÓRICO SOBRE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	12
1.1 O SURGIMENTO DA INFÂNCIA.....	12
1.2 A ESCOLA E O DESENVOLVIMENTO INFANTIL.....	15
1.3 A ADOLESCÊNCIA	18
1.4 A LITERATURA INFANTO-JUVENIL.....	22
1.2 LITERATURA INFANTO-JUVENIL E A ESCOLA	27
2 O MARAVILHOSO.....	31
2.1 O GÊNERO MARAVILHOSO.....	31
2.3 LEWIS CARROLL	35
3 ALICE NO PAÍS DAS MARAVILHAS	38
3.1 OS CONTEXTOS ESTÉTICO E HISTÓRICO DA OBRA	38
3.2 RESUMO DO LIVRO	41
3.3 ANÁLISE DE ELEMENTOS DA OBRA.....	44
3.3.1 Personagem.....	44
3.3.2 Ambiente.	48
3.3.3 Tempo.....	51
3.3.4 <i>Alice no País das Maravilhas</i> como Literatura Infanto-juvenil	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS.....	59

INTRODUÇÃO

É indiscutível que a leitura é e sempre foi uma prática relevante para os alunos e que o espaço escolar é o local que favorece o progresso intelectual, social e afetivo dos jovens (FERRETI, ZIBAS E TARTUCE, 2004). Por isso, cabe aos professores e aos pais buscarem uma literatura que desperte a atenção dos alunos e, ao mesmo tempo, traga “valores, crenças, ideias, pontos de vistas de seus autores, que podem enriquecer a vida daqueles que a leem” (DUARTE E WERNECK, 2005, p.02). Contudo, segundo Márcia Nunes Duarte e Leonor Werneck (2005), os alunos sofrem grandes dificuldades de leitura/interpretação, e isso decorre de a leitura de livros infanto-juvenis nas escolas não serem apropriadas para as idades ou pelo fato de professores trabalharem gêneros que, muitas vezes, são insuficientes para o ano em que os alunos se encontram.

Não é segredo para as pessoas que o hábito de leitura é um aspecto importante na vida de todos, sobretudo dos jovens que estão em franco desenvolvimento escolar. São os educadores e pais que cumprem um papel primordial como mediadores/divulgadores da leitura aos alunos, principalmente, em um período de formação e desenvolvimento, como no caso de adolescentes. A atividade de leitura para o público juvenil contribui para o desenvolvimento da criatividade, da reflexão e desenvolve no aluno uma “visão crítica do mundo, a percepção de múltiplas formas de expressão da linguagem e sua habilidade de leitor proficiente de diversos textos representativos de nossa cultura” (DUARTE e WERNECK, 2005, p.03).

Inicialmente, foi pensado como tema para este TCC o gênero contos de fadas, porém, ele se mostrou insuficiente para o objetivo deste trabalho, até porque a área de atuação do curso de Letras refere-se ao Ensino Fundamental II e para o Ensino Médio. O conto de fadas é “apresentado de modo simples, despretensioso” (BETTELHEIM, 2007, p.37). Assim, mesmo que os contos de fadas se mostrem para as crianças como uma leitura que, como afirma Maria Conceição Barbosa Donêncio (2011), desperta o senso crítico e faz uma reflexão entre o pensar e o agir; espera-se, no entanto, uma leitura mais densa para os alunos jovens do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio.

De acordo com Nelly Novaes Coelho (2000), é essencial que a leitura do livro infanto-juvenil consiga estabelecer uma relação entre o sujeito e o objeto que é o livro lido, pois é somente dessa maneira que a leitura se transforma em uma aventura espiritual. Em virtude disso,

optou-se por escolher o conto maravilhoso como o gênero a ser estudado neste trabalho, principalmente por abordar os significados simbólicos, atrair crianças e adolescentes pela sua linguagem, e ser uma literatura fantástica de “forma privilegiada na literatura infantil desde seus primórdios [...] até a entrada do Romantismo, quando o maravilhoso dos contos populares é definitivamente incorporado ao seu acervo” (COELHO, 2000, p.53). Essa literatura maravilhosa, como também outros tipos da literatura infanto-juvenil, é essencial para os estudantes, pois pode ser decisiva para os desenvolvimentos das crianças e jovens com relação a si mesmos e ao mundo que os rodeia.

A leitura de obras infanto-juvenil mostra-se essencial para o amadurecimento emocional e social do jovem, pois é uma leitura que, de acordo com José Nicolau Gregorin Filho (2011, p.41), “se apresenta como uma representação social, um ideal das sociedades, e abarca uma intrincada rede de valores”. Percebe-se em livros infanto-juvenis a manifestação da ficção e do mágico, e isso se dá desde os primórdios quando a literatura foi essencialmente fantástica, principalmente pelo fato dos “fenômenos da vida natural e as causas e os princípios das coisas” não terem uma explicação lógica (COELHO, 2000, p.52). Ainda de acordo com a autora, o fantástico/mágico está presente nas primeiras literaturas: mitos, contos maravilhosos, lendas, cantos rituais, contos de fadas, etc.

Em algumas oportunidades de leitura de livros da área infanto-juvenil, fica claro que a literatura para crianças e jovens contribui de forma significativa, segundo Farias (2012), para o crescimento da atenção, do raciocínio, do senso crítico, da imaginação, criatividade, afetividade e transmissão de valores ao aluno, pois expressam principalmente experiências sociais e culturais.

Entretanto, apesar de todos os aspectos positivos no que diz respeito aos contos maravilhosos e à literatura infanto-juvenil, percebe-se que o seu uso tanto por pais quanto por professores, por vezes, tem-se mostrado ineficaz e insuficiente. Isso não ajuda na promoção de interesse dos estudantes quanto aos livros. Ou seja, a literatura infanto-juvenil tem muitos aspectos dignos de serem trabalhados em sala de aula e na vida dos alunos, contudo, infelizmente, segundo Ângela Kleiman (2011), a leitura de qualquer texto literário nas escolas tem-se mostrado, não raro, sistemática, mecânica, em que a produção de significados se perde.

É por esses fatores envolvendo infância, adolescência e leitura de livros voltados para a literatura infanto-juvenil que o presente tema foi escolhido para um estudo mais aprofundado para este trabalho, com ênfase no gênero maravilhoso, e tomando-se a obra *Alice no país das*

maravilhas, de Lewis Carroll, como objeto de observação. Esse é um livro que, além de ser uma das mais célebres obras infanto-juvenis, inclui o maravilhoso na realidade cotidiana dos personagens e os funde de tal modo que se torna tênue a separação de o que é fantasia da personagem ou o qual é verdadeiro e real (GARDNER, 2002). Vale ressaltar que a visão de que o gênero maravilhoso é exclusivo para as crianças deixou de ser válido. Logo, ele pode e deve destinar-se à leitura para adultos. Como afirma Oliveira (2010, p.44), “[...] muitas outras narrativas que, às vezes, podem parecer infantis, divertidas ou absurdas, na realidade, carregam uma significativa herança de sentidos ocultos”, a qual não se limita aos interesses dos leitores mais jovens. Assim, *Alice no país das maravilhas* por ser um livro rico em símbolos, não só chama a atenção das crianças e dos jovens, como também vem sendo apreciado pelos adultos e pesquisadores.

Dessa forma, percebe-se que contos maravilhosos são um importante gênero que leva a criança e o jovem a se identificarem com as personagens principais do mundo maravilhoso e, consciente ou inconscientemente, a associarem enredos e personagens a sua própria realidade de vida, contribuindo para solucionar suas próprias condições, “superando o medo que a inibe e ajudando-a a enfrentar os perigos e ameaças que sente à sua volta e assim, gradativamente, poder alcançar o equilíbrio adulto” (COELHO, 2000, p.55). Esse tipo de leitura torna-se necessário em toda a educação dos estudantes, principalmente para os adolescentes que começam a elaborar, expor ideias e conceitos próprios, pois, de acordo com Daniela Talamoni em uma edição Especial sobre a Leitura na pré-adolescência,

Na pré-adolescência, há um desejo de entender melhor a si próprio e as transformações que ocorrem na transição da infância para a adolescência. Histórias que espelhem esses interesses, com um narrador próximo à realidade do leitor e que o faça refletir sobre o mundo, ajudam a assimilar mudanças (2008, p.11).

O livro de Carroll valoriza a fantasia e a imaginação, possuindo diversas interpretações por abordar em sua história assuntos de diferentes temáticas. Uma delas é a pretensão de mostrar “que *Alice no país das maravilhas* pode ser lido como uma crítica a essa opressão moralizadora e pedagógica de literatura e da sociedade inglesa vitoriana, que desejava controlar o indivíduo, ditando padrões fixos e pré-definidos” (BRITO, 2007, p.03). Assim a importância deste estudo reside em analisar a obra e investigar aspectos perceptivos, cognitivos, sociais e culturais nela presentes.

O conteúdo deste trabalho pode interessar a estudantes de Letras, professores ou todos aqueles que trabalhem com a literatura infanto-juvenil, a fim de aprimorar suas metodologias e ampliar a compreensão da obra. A análise aqui proposta insinua possibilidades de se trabalhar o conto maravilhoso *Alice no país das maravilhas* a partir de uma leitura crítica possível aos alunos tanto da segunda fase do Ensino Fundamental, até para o Ensino Médio.

Assim, tendo em vista a dimensão do maravilhoso na obra *Alice no país das maravilhas*, pergunta-se: de que modo a compreensão dessa obra por alunos do Ensino Fundamental II contribui para a construção da identidade do aluno-leitor?

Este trabalho tem por objetivo investigar a simbologia presente em *Alice no país das Maravilhas*. Entre os objetivos específicos, citam-se: a apresentação de resgate histórico da literatura infanto-juvenil, conceituando aspectos da infância e da adolescência; considerações sobre o gênero conto maravilhoso como uma literatura que lida com a problemática social; e, por fim, avaliar a simbologia presente em *Alice no país das maravilhas*.

Quanto à metodologia, o presente trabalho corresponde a uma pesquisa do tipo pura, que visa proporcionar conhecimentos sem uma aplicação prática prevista. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, a qual, de acordo com Bortoni-Ricardo (2008, p.34), não tem por objetivo “testar as relações de causa e consequência entre fenômenos”, mas sim procurar favorecer o entendimento e interpretação de fenômenos inseridos nos contextos, de forma descritiva. Quanto ao objeto, classifica-se como uma investigação construída a partir de uma pesquisa bibliográfica e de uma análise da obra literária aqui selecionada. Entre os principais autores que dão suporte à construção desta pesquisa, destacam-se Lewis Carroll, Philippe Ariés, Nelly Novaes Coelho, Martin Gardner e José Nicolau Gregorin Filho.

1. LITERATURA INFANTO-JUVENIL E RELATO SOCIO-HISTÓRICO SOBRE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Para compreender a literatura infanto-juvenil, é necessário, antes, esclarecer o papel social e histórico que a criança e o jovem exercem dentro da sociedade. Assim, propõe-se, a seguir, um breve relato sobre a infância e a adolescência para melhor entender como esses conceitos se formaram e se desenvolveram durante os séculos e como são vistos atualmente dentro da sociedade.

Hoje em dia, a criança e o adolescente possuem um espaço de valor na sociedade. Contudo, nem sempre ganharam destaque, muito pelo contrário, como afirma Lúcia Pimentel Góes (1991), em sua obra *Introdução à literatura Infantil e Juvenil*, as crianças (consequentemente o jovem) têm uma existência efetiva tão antiga como a do humano; porém, não havia conceitos para infância ou adolescência, pois para a sociedade antiga, não existia nenhum intervalo de fases do desenvolvimento entre o nascimento e a vida adulta.

1.1 O SURGIMENTO DA INFÂNCIA

As fases da infância e adolescência não tiveram grande relevância em outros séculos para a história, literatura e arte. Colin Heywood (2004) afirma que o interesse por esses indivíduos só veio surgir recentemente, pois, da Antiguidade Clássica até em torno do século XVIII, jovens e crianças eram julgados como adultos defeituosos, por isso quase nunca foram de muito interesse para a sociedade.

As crianças na Época Medieval não passavam pela fase da infância. Logo após a criança desmamar, que ocorria em uma idade tardia, eles se misturavam aos adultos. O aprendizado de valores e outros conhecimentos ocorriam pela convivência com os indivíduos maiores em suas tarefas ou pelo dia a dia. Assim, a família não se certificava da educação moral e social de seus filhos. De acordo com Phelippe Ariès (1981, p.10), em seu livro *História Social da Criança e da Família*, “a passagem da criança pela família era muito breve e muito insignificante para que tivesse tempo ou razão de forçar a memória e tocar a sensibilidade”.

Durante o século XI, as crianças eram vistas como “um adulto em miniatura” (COELHO, 2000, p.136). Nos raros momentos em que ganhavam espaço, como acontecia na arte, não tinham

exclusividade. Nas pinturas mostravam-se apenas crianças de menor tamanho, sem diferenças de traços ou expressões em comparação com os adultos. Como afirma Ariès (1981), essas imagens estavam presentes até o fim do século XIII, e, não existiam crianças, e sim, homens diminuídos. Inclusive, em algumas obras, os pequenos são apresentados com a musculatura de adultos, com braços fortes e abdômen definido. Essas pinturas reafirmam o que foi dito anteriormente quanto ao fato das sociedades antigas não considerarem a infância como uma fase da vida.

A religião no período medieval possui grande força. Não só nas artes, como na literatura e no cotidiano, a fé cristã aparece como agente civilizador. Nelly Novaes Coelho (2010), no livro *Panorama Histórico da Literatura Infantil/Juvenil*, afirma que a caracterização moralizante determina a maior parcela de manifestações cultural e social da sociedade medieval. A partir do século XIII surgiram, na pintura, alguns tipos de crianças, todas ligadas ao conceito do cristianismo, representadas como anjos, o menino Jesus e a criança nua. O anjo, com características de um jovem adolescente, “seria um menino já grande, mais do que uma criança, mas os artistas sublinhariam com afetação os traços redondos e graciosos - e um tanto afeminados” (ARIÈS, 1981, p.52). O menino Jesus, por sua vez, no início, era retratado como as outras crianças, um adulto de menor tamanho (séc. XI), porém, no século XIII, com o objetivo de uma pintura mais realística, predominaram imagens com um sentimento belo da tenra idade, prolongando-se até o século XIV. Já o terceiro tipo de criança que surgiu nessa época foi o infante nu, representado como uma expressão da morte e da alma em forma de uma criança nua.

Nos séculos XIV e, principalmente, XV, alguns tipos medievais de crianças, comentado anteriormente, sofreram evoluções. O anjo-adolescente não apresenta grandes alterações e continua em destaque até o século XV. Já na infância sagrada, os artistas acentuam os aspectos “graciosos, ternos e ingênuos da primeira infância; a criança procurando o seio da mãe ou preparando-se para beijá-la ou acariciá-la; [...] a criança comendo seu mingau; a criança sendo enrolada em seus cueiros” (ARIÈS, 1981, p.54). Em vista disso, compreendem-se alguns aspectos iniciais do realismo sentimental, a qual começou a dar espaço para outras infâncias santas, multiplicando-se as imagens de crianças em grupos ou com suas mães; principalmente pelas cenas da Virgem com o menino Jesus, que se tornaram uma ilustração do cotidiano, profanando a iconografia religiosa.

Entre os séculos XV e XVI, a perspectiva religiosa começa a dar espaço para a sociedade leiga. Isso decorre pelo começo dos Tempos Modernos, quando o Renascimento, como um

movimento de transformação cultural, impõe novas visões e a “transformação de limites, de horizontes, de ideias, de costumes” (COELHO, 2010, p.49). Surge uma nova visão perante a literatura, arte e filosofia. De acordo com Ariès (1981, p.55), “as cenas de gênero e as pinturas anedóticas começaram a substituir as representações estáticas de personagens simbólicas”. Sendo assim, a criança tornou-se um sujeito de grande frequência nas pinturas anedóticas.

Ainda nos séculos XV e XVI, nascem dois tipos de representação da infância. Uma é o retrato, e o outro o *putto*. Essas novidades foram um grande avanço na sociedade, até porque o gosto, principalmente pelo retrato, era um indício de um espaço maior para as crianças, pois elas nunca foram modelos de um retrato.

Se não havia uma representação específica quanto à criança e ao adolescente, não é de se estranhar que em séculos passados as pessoas não lamentavam quando as crianças morriam. A morte delas era um fato corriqueiro (pela fome, higiene ou doença), pois a taxa de mortalidade antigamente era muito alta. De acordo com Heywood (2004, p.78) “o nascimento de filhos ainda era percebido, na verdade, como um momento de risco para o bebê, bem como para mãe”. É lógico que havia um sofrimento decorrente de tal perda, mas, segundo Ariès (1981), a infância não tinha importância e por isso não havia o porquê de guardar um retrato dessa fase; muito menos quando morriam, pois eram seres tão pequenos que nem ao menos eram dignas de recordação. Heywood (2004), ao citar o historiador Lawrence Stone, declara ser desnecessária a lamentação, já que tantos pequenos morrem. Afirma-se, também, a existência de muitas outras crianças que podem substituí-las, e necessitam de mais atenção. Assim, o aparecimento do retrato, e principalmente “da criança morta, particularmente, prova que essa criança não era mais tão geralmente considerada como uma perda inevitável [...], marcou, portanto, um momento muito importante na história dos sentimentos” (ARIÈS, 1981, p.58).

No século XVII, a criança passa a ser representada sozinha, e desse modo, começa a ser um dos modelos favoritos dos artistas. Foi durante essa época que a criança tornou-se o centro das atenções e composições das imagens; os retratos foram numerosos e elas eram representadas sozinhas ou em família. Esse fato deu-se, principalmente, por moralistas, cristãos e puritanos que passaram a se preocupar com o lugar das crianças na sociedade, e, portanto, esse grupo começa a “reconhecer a inocência e a fragilidade da infância, e logrou impor uma infância longa entre as classes médias” (HEYWOOD, 2004, p.33). Por essa nova concepção, surgiu principalmente um sentimento novo dos pais para com os filhos menores. Antes, o sentimento não era procurado e,

por isso, não era necessário; contudo, perante essa nova evolução, como afirma Ariès (1981), a criança começa a ter um papel de destaque e significativo.

Um momento central na história da infância foi no século XVIII. Pela influência de educadores e moralistas, conforme iniciado no século anterior, que se interessavam pela educação e disciplina, a família mostra preocupação quanto aos aspectos físicos e psicológicos dos filhos. Segundo Coelho (2010), o século XVIII abriu as portas para o reconhecimento da infância como uma etapa com características próprias. Isso revela, a partir desse momento, uma criança que assume um papel central na família e na sociedade. E assim, a criança passa a ser um indivíduo diferente do adulto, com “necessidades e características próprias, pelo que deveria [...] receber uma educação especial que a preparasse para a vida adulta” (CUNHA, 1999, p.22).

Dessa forma, pelo processo inovador do século XVIII, no século XIX, a criança e o adolescente são identificados como sujeitos que necessitam de uma atenção especial dentro de casa e pela escola, “como estados biológicos, psicológicos e valiosos no desenvolvimento do ser” (COELHO, 2010, p.148). Portanto, a literatura e a educação se unem com a família para garantir a formação social e intelectual das crianças e jovens.

Nesse contexto, é válido discutir que um dos principais pontos para a importância da criança na sociedade foi a escola. Esse foi o local da valorização da educação, da saúde física e mental, e do sentimento pelas crianças e jovens. E ainda, um espaço para separar as crianças do cotidiano dos adultos. Por esse motivo, essa relação entre a criança e a escola será desenvolvida no tópico a seguir.

1.2 A ESCOLA E O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Inicialmente, na Idade Média, antes da valorização escolar, as crianças adquiriam a bagagem intelectual pela prática e por experiência vividas com os mais velhos. De acordo com Heywood (2004), a aprendizagem das crianças ocorria dentro de casa ou as mesmas eram enviadas para outros lares, onde, como serviçais ou aprendizes, aprendiam os conhecimentos com os mestres adultos. Algumas famílias até pagavam para esse tipo de educação se o mestre fosse nobre, o que acontecia principalmente com as crianças e jovens aristocratas. Porém, com a ascensão da escola, essa prática foi diminuindo, havendo uma distinção de classes que as escolas

propuseram no começo das formações escolásticas, isto é, havia “uma escola para o povo e outra para os notáveis” (HEYWOOD, 2004, p.213).

Primeiramente, as escolas eram formadas por grupos menores, com um mestre responsável pela turma. Nesse momento, não era anormal ter pessoas de várias idades no mesmo local, ou seja, não havia regra que se impusesse contra crianças se misturarem aos adultos/jovens (precoce ou atrasados), e juntos participarem das mesmas aulas. Porém, no século XIV, em favor das crianças e dos jovens, principalmente para “tentar proteger os estudantes das tentações da vida leiga” (ARIÈS, 1981, p.170), eles foram separados dos adultos.

Vale ressaltar que para as classes inferiores essas mudanças não fizeram diferença até meados dos séculos XVIII e XIX. Além das crianças e os jovens começarem a trabalhar muito cedo na classe trabalhadora, os poucos indivíduos da classe baixa que frequentavam as escolas tinham um tratamento diferenciado. É nesse contexto que Maria Antonieta Antunes Cunha (1999), no livro *Literatura Infantil: teoria e prática*, aponta a existência duas literaturas para cada tipo de criança: os ricos (nobreza e burguesia) e os pobres (camponeses e trabalhadores). De acordo com a autora, as classes médias e altas liam os grandes clássicos; enquanto, as crianças das classes inferiores, liam ou escutavam, pelos adultos, histórias da cavalaria, contos folclóricos e lendas. Essa leitura diferenciada era um reflexo da divisão que ocorria nas escolas perante as classes sociais, conforme anteriormente apontado.

Um aspecto que marcou a história das escolas foi o castigo corporal, considerado, na época, necessário e costumeiro em sala de aula. Isso se deu principalmente pelas reformas educacionais, orientadas nos séculos XVI e XVII, a partir das quais “se conhecem a rigor, a intolerância, a ausência de alegria e a violência que compunham a atmosfera dos colégios (sempre anexos a uma Igreja ou dependentes de um rei)” (COELHO, 2010, p.62). Essas punições decorrem essencialmente pela influência da literatura no sistema de educação e pelos educadores. Segundo Coelho (2010) os métodos de ensino severos presentes nas escolas até a Era Clássica deu-se pela forte influência da literatura popularizada da Idade Média, a qual apresentava marcas de violência (herança dos costumes da época). Ou seja, as violências nas leituras anteriores, se espelharam, no decorrer dos anos, dentro das escolas. A partir daí, desenvolveu-se um sistema mais rigoroso, autoritário e hierarquizado. Nos séculos XIV e XVII, os estudantes eram como declara Ariès (1981), humilhados corporalmente por chicote e prisão. Inicialmente, o castigo era voltado somente para as crianças menores, mas com o passar do tempo estendeu-se para todos os

outros estudantes. Somente com a expansão do Humanismo e da Reforma Protestante que se iniciou o descontentamento ante aos castigos corporais e, desse modo, buscavam uma mudança no sistema escolar medieval. Assim, por influência da sociedade percebeu-se que a humilhação “não era mais reconhecido como adaptado à fraqueza da infância [...] a infância não era uma idade servil e não merecia ser metodicamente humilhada” (ARIÈS, 1981, p.181). Portanto, no decorrer, a velha atitude de punição foi deixando de ser costumeiro.

O século do século XVIII foi a época de maiores mudanças no âmbito escolar. Como afirma Heywood (2004) os educadores foram influenciados pelas ideias dos Iluministas e do Renascimento, e, dessa maneira, investiram na educação e nas escolas. Já Coelho (2010) afirma que as mudanças ocorridas no século XVIII foram principalmente pelo movimento da contrarreforma do no século XVII, que, para expandir a fé cristã, usa a educação como recurso e a partir daí, defende a obrigatoriedade de crianças e jovens da frequência nas escolas. Assim, seja pela influência da contra reforma, ou pelos ideais Iluministas, o colégio ampliou-se e abriu as portas para as classes populares. Porém, mesmo com essa abertura, as crianças e os jovens não seguiam e nem se interessavam pelas atividades da vida escolar. Por isso, o colégio dos tempos modernos impôs às famílias, principalmente por lições moralistas e pela disciplina, o respeito e a valorização pelo ciclo escolar integral, e a frequência dos menores nas escolas (ARIÈS, 1981). Acreditava-se, segundo Heywood (2004, p.204) que a frequência das crianças e dos jovens nas escolas “reduziria a criminalidade e a desordem, tornaria os trabalhadores mais produtivos e, acima de tudo, introduziria valores morais”. Sendo assim, as famílias começaram a ver melhores condições da educação e começaram a valorizar o ensino regular.

Logo, no século XIX, a nova percepção da educação escolar diante da disciplina de antes, levou um novo sentimento da infância. Percebeu-se que a criança e o jovem necessitam de cuidados e educação e, não é com a violência que soluciona os problemas escolares. Na verdade, nesta época, de acordo com Heywood (2004) agregou-se a noção de infância à inocência e cuidado. E dessa maneira, destaca-se aqui a evolução da educação que só foi possível com o envolvimento familiar, pois neste momento a família passa a ter função de preparar seus filhos e filhas para a vida, dar apoio moral e transmitir, em conjunto com as escolas, valores e conhecimentos. Percebe-se, como afirma Regina Zilberman (1967, apud Cunha 1999, p.23), que:

A nova valorização da infância gerou maior união familiar, mas igualmente os meios de controle do desenvolvimento intelectual da criança e manipulação de suas emoções.

Literatura infantil e escola, inventada a primeira e reformada a segunda, são convocadas para cumprir essa missão.

Desse modo, sobre o resgate histórico e social sobre infância, família e escola, conclui-se que a afeição pelas crianças deu-se principalmente pela relevância que a educação passou a ter na sociedade. Nasce um sentimento novo perante a infância, na qual os pais começam a cumprir seus papéis, cuidando das necessidades físicas e psicológicas das crianças, destacando-se inclusive a literatura infantil para transmitir conhecimentos e valores específicos para a faixa etária. Porém, vale ressaltar que o conceito de criança, hoje em dia, apesar das transformações no decorrer dos séculos, varia de sociedade para sociedade e de acordo com os valores locais. É por isso que, ainda hoje, é percebido um tratamento diferente para com as crianças em lugares diferentes do mundo.

1.3 A ADOLESCÊNCIA

Assim como ocorreu com a infância, também a adolescência é uma fase de desenvolvimento que surgiu tardiamente como objeto social. Ambas foram se transformando no decorrer do tempo, junto com a sociedade, família e escola. Tanto que Phelippe Ariès (1981) afirma que “até o século XVIII a adolescência era confundida com a infância”. Antes, a ordem era sair da infância quando o sujeito se tornava independente e entrar direto na fase adulta, até porque, naquela época, a noção de jovem ou adolescente não existia. Somente no século XVIII as pessoas começam a considerar um período que ocorre entre a infância e o adulto, a então denominada juventude. Como afirma Ariès (1981), a partir desse século a adolescência surge empurrando a infância para trás e a maturidade dos mais velhos para frente, a fim de possuir seu próprio espaço, transformando a juventude em um tema familiar, social e educacional.

A escola surge no século XIX sob uma nova perspectiva, agora como um local para educar e moldar o sujeito cidadão, porém, o conceito de adolescência ainda estava se formando, e “a falta de critérios para continuar o trabalho de educação fez com que se assumissem, para os indivíduos desse outro período da vida humana, os mesmos padrões estipulados para as crianças” (GREGORIN FILHO, 2011, p.25). Somente com a separação das idades nas escolas foi que, segundo Heywood (2004) gradativamente foi-se delineando a descoberta da adolescência, pois os jovens nesse espaço começaram a ser separados dos adultos, em decorrência, de serem

percebidos com capacidades distintas. Assim, conforme as mudanças exigidas na família e nas escolas foram evoluindo, as etapas da vida foram se definindo de maneira mais clara, principalmente a infância e a adolescência.

Os estudos mais atuais sobre as fases da vida revelam que essas correspondem a constructos sociais. Em algumas culturas mais antigas, por exemplo, a passagem da pessoa para a vida adulta ocorria por meio de rituais de passagem, alguns até agressivos. De acordo com José Nicolau Gregorin Filho (2011, p.17) “bastava alcançar determinada condição física (ou idade) e certas competências [...] para que lhe fossem atribuídas tarefas típicas do fazer adulto”. Percebe-se, então, uma sociedade que impunha aos adolescentes responsabilidades de uma idade mais avançada, sobrecarregando-os.

Atualmente, a concepção de adolescência formada em nossa sociedade é nova, de modo que o jovem não precisa passar por nenhum ritual para possuir uma valorização social. De acordo com Gregorin Filho (2011), não existe uma faixa etária fixa para a entrada e a saída da adolescência, normalmente inicia-se com a puberdade, porém depende do desenvolvimento físico do jovem e de cada cultura para definir essa etapa. Vale ressaltar, contudo, que hoje, apesar do amplo valor que o jovem possui na sociedade moderna, ainda existem culturas que não enxergam essa devida importância naturalmente (GREGORIN FILHO, 2011). É por isso que o conceito de adolescência varia de sociedade para sociedade.

Nesse sentido, entende-se que a adolescência é uma fase de desenvolvimento, na qual o indivíduo deixa os brinquedos e se prepara para o dever e a obrigação característicos da fase adulta. Ela abarca características únicas de transformações hormonais, corporais e comportamentais, com particularidades que envolvem fatores biológicos, físicos e culturais (CARVALHO e PINTO, 2002). Nessa etapa da vida, há a maturidade sexual e mudanças corporais, por isso, ocorre o impacto dos jovens perante a imagem corporal. Surgem também novos valores, novas responsabilidades, concepções e regras; e, portanto, o jovem necessita assimilar tudo para adaptar-se à sociedade que o envolve. Alysson Carvalho e Mércia Veloso Pinto (2002), no texto *Ser ou não ser...Quem são os adolescentes?*, do livro *Adolescência*, demonstram que o período da juventude não é tão fácil como parece. Os autores esclarecem que sobre o jovem pairam diversos requisitos e expectativas não só da sociedade, como também dos familiares e amigos.

Toda essa mudança conduz a uma alteração na relação da identidade e na sociabilidade, principalmente com os pais. Dessa maneira, geralmente, o jovem pode mudar seu comportamento em relação à afetividade, e em consequência, ele se desapega da família e busca uma proteção com outros grupos da mesma faixa etária ou com os mesmos gostos, afirmando, para eles, que as amizades o compreendem melhor. Por esse fato, os pais tornam-se muito protetores de seus filhos, pois, ao mesmo tempo, as amizades podem apresentar aspectos negativos e positivos ao adolescente.

De acordo com Carvalho e Pinto (2002), o grupo de amizade pode trazer a proteção e o suporte para os medos e angústias do jovem, portanto, facilita em momentos de dificuldade; porém, por outro lado, pode levá-lo a uma aflição diante da aprovação do grupo quanto a novos valores e regras, e até mesmo a atitudes erradas. Para tanto, os pais possuem um papel fundamental no aspecto de guiar o filho para o melhor caminho. Ao mesmo tempo, precisam incentivar a autonomia dele, fornecendo apoio; e estar presentes nas mudanças e amizades do jovem para qualquer intervenção.

Segundo José Alfredo Oliveira Debortoli (2002, p.37), “a construção da identidade dos adolescentes é contraditoriamente uma identidade individual e uma identidade coletiva. O adolescente precisa do grupo, precisa do adulto, precisa de referências; mas ele precisa diferenciar-se, construir sua própria identidade”. A procura pela identidade passa por uma construção moral que o próprio jovem constrói, a partir de sua convivência com seus direitos, como cidadão, e com sua participação na comunidade, além do apoio dos pais e professores.

Como destaca Gregorin Filho (2001, p.22), é necessário levar em conta “não apenas conflitos pessoais, subjetivos [...], mas a distorção de valores para que ele seja alguém que possua um posicionamento ético na e com a sociedade”. Ou seja, o jovem passa da perda dos mimos e privilégios da infância para uma etapa de preparação para a fase adulta, exigindo dele responsabilidade e boa conduta.

Diante das transformações comportamentais dos adolescentes, os adultos, geralmente, reclamam da dificuldade em educar e viver com eles. Assim, é comum perceber que pais e educadores, além da sociedade em sentido mais amplo, representam a juventude com maus olhos, estabelecendo-a como uma fase de rebeldias, transgressão e violência. Mais uma vez, destaca-se que a representação do objeto social adolescência é produto de uma sociedade, ou seja, essa

imagem que se tem dos adolescentes hoje em dia reflete e evidencia fatores sociais e históricos da sociedade atual.

Tiago Corbisier Matheus (2007), no livro *Adolescência*, afirma que o local em que ocorre o crescimento do adolescente pode influenciar definitivamente no seu desenvolvimento do mesmo. Em um estudo de Hall (1937 apud MATHEUS, 2007, p.33) a sociedade expõe ao jovem “ameaças que se potencializaram no espaço urbano [...], tais como a criminalidade, a perversão, o sedentarismo, a falta de dever e de disciplina”. Esses fatores, como a modernidade, capitalismo, consumismo e as rápidas transformações sociais acarretam conflitos na vida do adolescente; pois o adolescente se perturba pelas novas condições impostas pela sociedade e pela agonia em busca da identidade, que nesta etapa se encontra em crise (MATHEUS, 2007).

Segundo Debortoli (2002, p.33), é por esses fatores impostos pela sociedade que os adolescentes, em suas singularidades, procuram, às vezes de maneira “contraditória – droga, violência, desafio aos pais e à polícia, máscaras e medos, sonhos etc. -, encontrar sentido e significado para suas existências”. Assim, ignora-se que a violência é cotidiana e recebida pelos jovens principalmente pela mídia, como se essa lhe fosse naturalmente peculiar. É necessário perceber que não basta culpar a adolescência como uma fase rebelde e fechar os olhos para outros problemas.

João Clemente Souza Neto (2000 apud MOREIRA, 2003) resgata que a associação da adolescência com conceitos de agressão e de violência não decorre dos problemas atuais. O autor esclarece que, com o passar dos anos, a sociedade foi procurando um culpado em relação ao adolescente transgressor: no século XIX era a família, por não cuidar devidamente de seus filhos e abandoná-los; no século XX, a responsabilidade era a situação econômica da população, inclusive a diferença social ou “atribuindo responsabilidade à própria criança e adolescente por sua exclusão” (SOUZA NETO 2000 apud MOREIRA, 2003, p.28).

Desse modo, percebe-se que a adolescência é uma fase representada como rebelde por diversos motivos, e não apenas por todo jovem ser assim. Pode ser considerado um problema universal ou, até mesmo, sócio-histórico. De qualquer maneira, a fase da adolescência é uma etapa de conflitos, mudanças e, conseqüentemente, crises. Como afirma Matheus (2007, p.41), é um “efeito inevitável de um processo de socialização insuficiente ou problemático, de uma crise de valores, de uma distância artificial ou de uma descontinuidade entre as instituições

educacionais e o mundo do trabalho”. Cabe aos pais e à sociedade reconhecerem essa fase não como um peso, mas como um momento de relevância para o crescimento do sujeito.

Nesse contexto, a literatura juvenil aparece como um componente de evidência que o jovem encontra para se conhecer e começar a entender as novidades que o cercam. Para tanto, a literatura juvenil (em conjunto com a infantil) carrega consigo uma bagagem cultural, com valores sociológicos e ideológicos (GREGORIN FILHO, 2011). Cabe à escola ser o palco para que a adolescência transcorra com satisfação, sendo capaz de possibilitar aprendizagem, significados e soluções para os conflitos internos dos jovens alunos, através da literatura infanto-juvenil. É sobre esse aspecto que o próximo tópico irá se debruçar.

1.4 LITERATURA INFANTO-JUVENIL

O surgimento da literatura específica para o público infanto-juvenil foi somente com a ascensão e o desenvolvimento das escolas, principalmente nos séculos XVIII e XIX. Antes, não houve livros e nem histórias destinadas para crianças e jovens, já que eles, conforme apresentado anteriormente, não eram reconhecidos pela sociedade na época.

Nos primórdios, as histórias vieram de narrativas orais, principalmente pelo mito, lendas e contos. Cecília Meireles (1979 apud GÓES, 1991, p.53) afirma que as narrativas orais estão presentes na sociedade desde a Antiguidade: “mitos, fábulas, lendas, teogonias, aventuras, poesia, teatro, festas populares, jogos, representações várias... tudo isso ocupa, no passado, o lugar que hoje concedemos ao livro infantil”. Essa narração oral de antigamente veio da necessidade de explicar o que acontece ao redor dos homens, por isso, a imaginação se destaca para repor os fatos inexplicáveis. Assim, para transmitir conhecimentos e valores que a comunidade desconhecia, ou apenas para relatar experiências, “nasce a narração criadora [...] onde o universo e suas forças poderosas aparecem corporificadas, animadas, tornadas deuses e atuando com vontades semelhantes às necessidades do homem” (GÓES, 1991, p.65)

De acordo com Góes (1991) a literatura infantil tem origem na idade da narração, essencialmente do mito, contudo, o livro infantil teria nascido somente quando se originou uma preocupação com a educação e transmissão de conhecimentos e valores para a criança. Segundo Nelly Novaes Coelho (2010), em seu livro *Panorama Histórico da Literatura Infantil/Juvenil*, são autores renomados como Perrault, Grimm ou Andersen, a partir do século XVII, que

começaram a reescrever histórias anônimas que eram transmitidas oralmente, em papéis. Assim, é um equívoco dizer que os livros infanto-juvenis nasceram repentinamente; muito pelo contrário, a maioria dos clássicos possui influências das narrativas orais que foram passadas de geração em geração. Narrativas como *Calila e Dimna*, *Sendebâr* e *As Mil e Uma Noites* foram histórias populares de fontes orientais que se perpetuaram para o Ocidente. Percebe-se que “em todas elas havia a intenção de passar determinados valores ou padrões a serem respeitados pela comunidade ou incorporados pelo indivíduo em seu comportamento” (COELHO, 2000, p.41).

A Idade Média foi uma época de muitas lendas e contos. Surgem dois tipos de narrativas. A de origem popular é a prosa narrativa; influenciada pelas narrativas orientais e antiguidade clássica. E as novelas de cavalarias de origem culta ocidental, que no decorrer dos anos se tornou um gênero de grande destaque. De acordo com Góes (1991), nesse período a religião possuía forte influência social e moral na vida das pessoas; isso se espelhou inclusive na publicação de textos literários, como agente educador e moralizante.

Outro aspecto que se destacou na literatura da Idade Média foi a violência e a selvageria herdadas dos bárbaros que refletiram nas histórias e, principalmente, nas narrativas maravilhosas. Mas, com o passar dos tempos e com a melhoria dos costumes, esses temas vão desaparecendo dos textos. Percebe-se essa mudança, por exemplo, principalmente no conto da *Chapeuzinho Vermelho*, uma vez que “na versão original, registrada por Perrault, o lobo devorava avó e neta; na versão de Grimm, essa violência é atenuada com o aparecimento do caçador, que abre a barriga do lobo, de onde as duas saem vivas; e nas versões modernas, o lobo é ‘bonzinho’” (COELHO, 2010, p.30). Podem-se ressaltar na Idade Média criações como: *Isopete Historiado* de Juan Hurus, *O Conde Lucanor* por D. Juan Manuel, *O Livro das Maravilhas* de Raimundo Lúlio, entre outros.

No século XVI, ocorre o movimento do Renascimento. É época de grandes transformações sociais e políticas na sociedade e uma renovação nas artes e na literatura. Sucedem-se as navegações e as descobertas de novas terras. Surgem a pólvora, o papel, o comércio intenso e a imprensa. De acordo com Góes (1991, p.74), “a criação da imprensa por Gutemberg em 1448, com o aparecimento da Bíblia, foi o acontecimento de maior importância para o Renascimento”. É nesse momento que o livro aparece como um objeto para registo e lembrança da sociedade e “nasce uma Arte idealista, bela e harmoniosa, uma Literatura culta e aristocrática, alicerçada em pressupostos filosóficos e estéticos bem definidos” (COELHO, 2010, p.52). No âmbito da

literatura culta, não ocorrem mudanças significativas além do surgimento do livro; ressaltam-se obras de escritores como Camões, Boccaccio e Rabelais. Já a literatura popular continua parecida com a da Idade Média, mas com uma melhor linguagem e estilo. Destaca-se nesse período *Conto dos Contos ou Pentameron*, de Giambattista Basile, e *Contos e Histórias de Proveito e Exemplo*, de Gonçalo Fernandes Trancoso.

Durante o Absolutismo e o Classicismo no século XVII, aparece definitivamente uma preocupação perante a literatura para crianças e jovens. A literatura nesse momento, segundo Góes (1991), ainda possui influência de narrativas orais e da Antiguidade Clássica, e assim, o mundo fantástico e a imaginação são valorizados em textos e obras, de modo a denunciar os problemas da sociedade dos homens, além de educar. Gêneros como contos de fadas e fábulas ganham destaque nesse período. De acordo com Marisa Lajolo e Regina Zilberman (1999, p.15), no livro *Literatura Infantil Brasileira*, no século XVII “foram escritas histórias que vieram a ser englobadas como literatura também apropriada à infância”, e até hoje possuem destaque na literatura: *Os Contos da Mãe Gansa*, de Charles Perrault; *As fábulas* de La Fontaine; *Telêmaco*, de Fénelon e *Contos de Fadas* de Mme. D’Aulnoy. Porém, essa literatura não surgiu para o divertimento e lazer, mas como um objeto para instruir fatores sociais e morais da época de forma indireta.

O século XVIII foi uma época de grande relevância para a Inglaterra. É o momento do pré-romantismo e de mudanças envolvendo a política, a economia, o social e a ideologia nas sociedades. Como afirma Coelho (2010, p.120), esse é o período do “mundo romântico, burguês (baseado nas relações de interesse criadas pelo individualismo, dinheiro, trabalho, produção, mercantilismo, industrialização, produção, progresso)”. É também o momento (como visto anteriormente) da valorização da infância, como uma etapa de valor e meta. Essa importância perante a infância e os jovens deu-se por influência da classe burguesa que valorizava a família e o patrimônio; e pelas escolas que tinham por objetivo preparar os menores para uma vida madura e consciente no mundo. De acordo com Lajolo e Zilberman (1999), a literatura infanto-juvenil surge, no século XVIII, como mercadoria. Isso por influência principalmente da união da literatura com a escola, isto é, a leitura de livros surge como um mediador entre as crianças e a sociedade e como circulação de mercadoria. Assim, revelam-se, podem-se destacar clássicos como *Robinson Crusoe*, de Daniel Defoe, e a *Viagens de Gulliver*, do escritor Jonathan Swift.

Na época do Romantismo e Realismo (século XIX), aparecem grandes obras e autores, inclusive os que se preocupam com as literaturas destinadas para crianças e adolescentes. “Surtem muitas novas ideias e a preocupação com o lugar que é destinado à criança na sociedade, além de novos procedimentos na área pedagógica e literária” (GÓES, 1991, p.1991). É o período em que a literatura se destaca como um objeto que espelha a sociedade da época e essencialmente como divertimento.

O ato de ler se destaca com o propósito de adquirir conhecimentos e para formação da personalidade do indivíduo. Assim, diversos gêneros literários se destacam, no século XIX, como leituras que encantam os pequenos e jovens leitores. Algumas delas são trabalhadas até hoje nas escolas ou em casa. Coelho (2010, p.149) agrupa esses tipos de leitura como “as narrativas do fantástico-maravilhoso; as do realismo maravilhoso; a novelística do realismo humanitário; a novelística de aventuras e a literatura jocosa ou satírica”. Citam-se aqui alguns autores de relevância no século XIX, por exemplo: Os Irmãos Grimm, com um enorme acervo de histórias de contos de fadas (algumas reescritas), entre eles *A Bela Adormecida*, *O Pequeno Polegar* e *Rapunzel*; Hans Christian Andersen, autor de títulos como *O Patinho Feio* e *João em Maria*; Lewis Carrol, com *Alice no País das Maravilhas* (objeto de análise deste trabalho); James M. Barrie, escritor de *Peter Pan*; Collodi, autor de *Pinóquio*; Alexandre Dumas com *Os três mosqueteiros*; James Fenimore Cooper; Robert Louis Stevenson; Condessa de Ségur; Louise M. Allcott; entre outros. De acordo com Lajolo e Zilberman (1999, p.21), são esses autores do século XIX que afirmam a literatura infanto-juvenil como agente significativo para a sociedade burguesa e capitalista, que “dão-lhe consistência e um perfil definido, garantindo sua continuidade e atração”.

Percebe-se então que a literatura infanto-juvenil é um conceito atual na sociedade, e ainda está em desenvolvimento, porém, ressalta-se que não é uma literatura para somente entretenimento, por isso não devemos diminuir sua importância e relevância dentro da sociedade e, principalmente, nas escolas.

Resumidamente, no Brasil, a literatura infanto-juvenil percorreu de modo diferente, ela se destacou principalmente no século XIX. Apesar da descoberta do nosso país em 1500, a ocupação e desenvolvimento em terras brasileiras ocorrem bem depois. De acordo com Coelho (2010), o interesse para iniciar a inclusão da educação e da cultura no Brasil deu-se, principalmente, pela contrarreforma e com intuito de catequizar e expandir a fé com os índios.

Assim, inicialmente, o nosso país se restringiu em um acervo de obras portuguesas, obras de tradução ou contos folclóricos. De acordo com Gregorin Filho (2011, p.27), a partir dos jesuítas e “seus trabalhos de evangelização até o final do século XVIII, livros e práticas pedagógicas adotadas no Brasil, seguiam padrões de intelectualidade e estética literária aceitos pelos europeus, convenientes para a sociedade portuguesa”.

Somente a partir do século XIX, com a Independência do Brasil, quando o país começou a crescer econômica e politicamente, iniciou-se uma mudança no sistema educacional em terras brasileiras. De acordo com Coelho (2010, p.221) “foi no entres séculos [...] que o sistema escolar nacional passa por reformas de real alcance [...] e incorpora em sua área também a produção literária para crianças e jovens”. Ou seja, apenas quando as escolas começaram a se destacar entre os séculos XIX e XX a literatura infanto-juvenil começa a se afirmar.

Assim, perante as leituras específicas para o público infanto-juvenil, o Brasil consolidava seus valores, unindo a escola como instrução de valores, como o nacionalismo, intelectualismo, tradicionalismo cultural, moralismo e religiosidade. (COELHO, 2010). Destacaram-se obras como *Contos da Carochinha* de Figueiredo Pimentel, *Através do Brasil* de Olavo Bilac, Manuel Bonfim e principalmente livros de Monteiro Lobato. Esse autor em especial, no século XX, é reconhecido como o pai da literatura infantil no Brasil, pois buscava uma autêntica linguagem brasileira em suas obras para, assim, motivar o sentimento nacionalista e, conseqüentemente, diminuir as influências europeias.

Seu sucesso irrestrito entre os pequenos leitores decorreu, sem dúvida, de um fator decisivo: eles se sentiam identificados com as situações narradas; sentiam-se à vontade dentro de uma situação familiar e afetiva, que era subitamente penetrada pelo maravilhoso ou pelo mágico, com a mais absoluta naturalidade. Tal como Lewis Carroll fizera com Alice no País das Maravilhas, na Inglaterra de cinquenta anos antes, Monteiro Lobato o fazia no Brasil dos anos 20: fundia o Real e o Maravilhoso em uma única realidade. (COELHO, 2010, p.249)

Assim, percebe-se que Lobato buscou como Carroll integrar o maravilhoso no cotidiano de maneira híbrida e natural das crianças, a fim de uma melhor interação entre o leitor e o livro, ao mesmo tempo, propõe diversas interpretações em diferentes contextos. Atualmente, esse tipo de literatura é como afirma Coelho (2010), uma das leituras, a partir do século XX, de maior inovação no acervo literário infanto-juvenil brasileiro. Porém, compreende-se que Carroll foi um escritor que já buscava essa narrativa na literatura do público infanto-juvenil em sua época, e por

isso, *Alice no País das Maravilhas* tornou-se, da mesma maneira que livros de Monteiro Lobato, obras primam que até hoje encantam as crianças e os jovens. Esse tipo de narrativa é chamada de realismo maravilhoso, possui características particulares e será mais bem abordado no capítulo seguinte.

Hoje em dia destacam-se outros escritores que colaboraram para o enriquecimento do acervo infanto-juvenil, como: Ziraldo, Lygia Bojunga Nunes, Cecília Meireles, Clarice Lispector, João Carlos Marinho, entre outros.

Por meio desse resgate, vê-se que a literatura infanto-juvenil é um aspecto tardio no Brasil (LAJOLO e ZILBERMAN, 1999). Porém, esse tipo de literatura para crianças e jovens está em processo de crescimento não só em nosso país, como em outros. Ela se une em outros contextos educacionais como arte, história e pedagogia, a fim de, segundo Gregorin Filho (2011), transmitir valores e, ao mesmo tempo, construir textos que dialogam com a realidade dos estudantes, além de buscar manifestações culturais e histórias da sociedade; por isso, percebe-se em muitos livros temas que anteriormente eram ocultados pelos adultos como a sexualidade, uso de drogas, problemas sociais, entre outros. Hoje, a literatura adapta-se de acordo com cada tipo de época e região, e com os valores sócio-históricos, sofrendo constantemente modificações.

1.5 LITERATURA INFANTO-JUVENIL E A ESCOLA

A leitura e a literatura precisam estar presentes no cotidiano pessoal e escolar do aluno o mais frequente possível. Contudo, atualmente, não raro professores e familiares sentem grandes dificuldades quanto à prática de leitura na escola ou em casa. De acordo com Marisa Lajolo (2001), em sua obra *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*, crianças e jovens veem o texto literário como um objeto desinteressante, incômodo e obrigatório. Esse problema, entre outros, dá-se pelas escolas e professores buscarem leituras obrigatórias ou que tenham atividades extraclasse. Essas atitudes podem dificultar o gosto pela leitura por parte dos alunos.

Rildo Cosson (2009) afirma que as escolas alegam que a variedade de textos, imagens, tecnologia, manifestações culturais, entre outras características da sociedade contemporânea leva à recusa de usar a literatura em sala de aula. Isso é um equívoco da parte dos educadores, pois a leitura de livros ajuda não só na leitura, como na escrita e na formação de leitores culturalmente letrados. O autor discorre sobre como são as aulas de Língua Portuguesa e Literatura nas escolas.

Assim, no Ensino Fundamental, prevalecem textos do livro didático ou a preparação de resumos ou fichas de leitura, demonstrando somente uma reafirmação de leitura e não um desenvolvimento do texto. Já no Ensino Médio, a leitura se restringe a uma cronologia da literatura brasileira, estilos de época, bibliografia dos autores e análises de partes de livros clássicos. Enfim, o que se exige dos alunos é o domínio das matérias, técnicas de análises, ou, até mesmo, uma decoração do conteúdo. De qualquer maneira, de acordo com Cosson (2009, p.23) “o certo é que a literatura não está sendo ensinada para garantir a função essencial de reconstruir a palavra que nos humaniza”.

O ato de ler precisa, essencialmente, ser divertido, emocionar e proporcionar prazer para as pessoas. Necessita valorizar o imaginário, valores, conhecimentos e, principalmente possuir uma linguagem que “busca estimular a criatividade, a descoberta ou conquista de novos valores em gestação” (COELHO, 2000, p.49). Além disso, as escolas em união com a leitura precisam promover segundo Ferretti, Zibas e Tartuce (2004) constituição de valores e posturas cidadãs a fim de admitir uma convivência harmônica e autônoma na sociedade atual.

Antônio Cândido (1972, p.82) afirma que a literatura tem função humanizadora, “como algo que exprime o homem e depois atua na própria formação do homem”. Porém, vale ressaltar que muitas obras possuem uma literatura de cunho moral e educativo, principalmente nas escolas, porém, a literatura age como a vida, ou seja, mostra os pecados, as loucuras, as doenças, as violências, entre outros aspectos negativos. Isso leva a uma ambivalência dos educadores e moralistas, pois preferem uma leitura convencional, segundo os costumes e normas ético-morais da sociedade, mas são “fascinados pela sua força humanizadora” e sua riqueza intelectual (CÂNDIDO, 1972, p.84). É um engano da parte dos educadores e moralistas quererem uma literatura somente com aspectos bons, haja vista ser preciso enfrentar os paradoxos da vida. Segundo Cosson (2009), a leitura é um espaço para muitas vozes, e jamais um monólogo, por isso ela se torna comunicativa, um objeto de discussão e construção na vida das pessoas.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1996 apud DONÊNIO, 2011, p.86) a educação voltada para o ensino da cidadania e valores deve ser inserida “na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e também no Ensino Médio [...] priorizando não só o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, mas também os conhecimentos necessários para desempenhar qualquer profissão”. Nesse contexto, do ponto de vista da recepção do leitor infante-juvenil, a literatura dita infante-juvenil é uma das

melhores leituras para serem desenvolvidas no âmbito escolar para as crianças e os adolescentes. De acordo com Coelho (2000), isso se justifica pelo fato de abranger gêneros como fábulas, contos, lendas, mitos, entre outros os quais, não são apenas entretenimento, mas, muito pelo contrário, correspondem a leituras abrangentes que trabalham o desenvolvimento de valores, significados e essencialmente a realização interior do sujeito.

Vale destacar que esse tipo de literatura depende dos limites de cada criança ou adolescente. Cada sujeito tem seu próprio desenvolvimento e fatores como “escolaridade, origem, estímulos recebidos, acesso ou não aos livros, ambiente familiar, etc.” os quais resultam em diferentes interesses e gostos (GÓES, 1991, p.16). Assim, cabe ao professor identificar como está o crescimento de seus alunos e qual é a leitura mais adequada para eles; inclusive os pais com seus filhos. Deve-se buscar uma leitura que agrade ao sujeito e ao mesmo tempo se adeque à sua idade.

Assim, quanto ao trabalho a ser desenvolvido pelo professor com esse gênero, cabe destacar que os educadores precisam integrar os estudantes à literatura infanto-juvenil de acordo com as etapas de cada idade e do desenvolvimento sociocultural. Para tanto, é necessário aos docentes terem orientação quanto à literatura infanto-juvenil, para que as crianças e os jovens consigam instituir relações entre o mundo literário e o seu interior, para, dessa maneira, formar uma consciência que auxilie e amplifique suas relações com o mundo real (COELHO, 2000). Além disso, são válidos também projetos educativos que visam uma melhor interação entre os estudantes e os educadores. E, principalmente, guiar os professores para um trabalho de integração nas diversas disciplinas nas escolas com a leitura infanto-juvenil parece ser também uma excelente iniciativa para se trabalhar a leitura com esses textos. Esses projetos podem ser construídos a fim de solucionar problemas sociais dentro das escolas e na vida dos alunos por meio de atividades de leituras e principalmente pelas propostas dos **Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs** (COSTA, 2001 apud FERRETTI, ZIBAS e TARTUCE, 2004).

A literatura infanto-juvenil, como outras modalidades de literatura, gera significados, condutas e sentimentos, por isso faz-se necessário um conhecimento sobre os principais aspectos que bons livros infanto-juvenis necessitam para agradar o público. A autora Lúcia Pimentel Góes (1991), em sua obra *Introdução à literatura Infantil e Juvenil*, destaca que existem problemas na linguagem e estrutura em algumas obras destinadas ao público infanto-juvenil. Uma delas é a linguagem “pueril”, na qual o autor usa diminutivos, muito sentimentalismo, passando

simplicidade e diálogos superficiais. Como afirma Cunha (1999, p.72), “o autor que usa a puerilidade, pensando só assim ser entendido pela infância, esquece-se de que ela pode não usar determinadas construções, mas é perfeitamente capaz de compreendê-las”.

Outro ponto é o aspecto moralizador excessivo e explícito. Diversas vezes, pais e professores preferem livros que têm por objetivo educar de acordo com seus próprios valores, porém, o tom moralizador por vezes torna a leitura sem relevo, e a criança percebe que esse tipo de livro é apenas mais uma forma de educar. De acordo com Lourenço Filho (s/d apud GÓES, 1991, p.06), nesse tipo de leitura, “ao invés da vida real, aparece, amiúde, a caricatura em que se exageram os bons e os maus caracteres, [...] de modo que se recompensa excessivamente o bem e se castiga da mesma forma o mal”.

Não se deve confundir, também, que livros infantis sempre será um álbum ilustrado. Como dito anteriormente, cada livro é específico para uma idade e capacidades. É lógico que para crianças muito pequenas, a imagem é o melhor método para transmitir significado. Porém, no decorrer do tempo, o infante cresce e conseqüentemente os livros se tornam mais densos e complexos. De acordo com Cunha (1999), para os sujeitos que possuem um processo de leitura mais avançado, a ilustração pode aparecer, contudo, não é fundamental, pois exagero de imagens para crianças que já estão lendo é um indício de quanto os adultos subestimam a sua capacidade de entendimento intelectual. Ainda segundo a autora, livros que evitam descrições e divagações longas terão melhor aceitação para o leitor infante-juvenil.

Por fim, outro ponto que merece destaque é a dúvida quanto à literatura infante-juvenil ser exclusiva para crianças e jovens. Segundo Góes (1991) não é porque essa leitura é dedicada a crianças e jovens, que os adultos não podem usufruir de sua beleza. Carlos Drummond de Andrade (1964 apud GÓES, 1991, p.03) afirma ainda que um “bom livro seria lido tanto pela criança como pelo adulto”. As leituras desses livros educam, emocionam e fornecem elementos que podem agradar em qualquer idade. Assim, ainda que dirigido às crianças e jovens, nada evita de aprazer aos adultos.

2. O MARAVILHOSO

2.1 O GÊNERO MARAVILHOSO

O conto é um gênero muito rico e variado e está, atualmente, muito presente no acervo literário do público infanto-juvenil. De acordo com Hênio Último da Cunha Tavares (1981), o conto é um texto de narrativa breve e, assim como os romances e as novelas, permite a abordagem de vários assuntos. Góes (1991, p.66) destaca que o processo desse gênero adveio de tempos em que “da palavra viva e animada surgiu o mito, e deste nasceu o conto”. Essas histórias, além de explicar acontecimentos desconhecidos na época antiga, começam a relatar acontecimentos reais, como base para formação moral nas pessoas.

Há contos de conteúdo denso e psicológico (como os de Maupassant, Machado de Assis), impressionistas (como os de Fialho de Almeida), fantásticos (como os de Hoffmann), simbolistas (como os de Oscar Wilde), regionais (como os de Monteiro Lobato), de mistério e policiais (como os de Edgar Allan Poe, Conan Doyle), de fadas (como os dos irmãos Grimm, Perrault, Andersen), orientalistas (como os das “Mil e uma Noites”, os de Malba Tahan), de aventuras (como os de Kipling) etc. (TAVARES, 1981, p.123)

Como cada conto possui um tipo de discurso e um tipo de narração, entre tantos tipos de narração, neste trabalho, será abordado principalmente o maravilhoso, em especial o maravilhoso presente em *Alice no País das Maravilhas*.

Percebe-se que em muitas literaturas, o mágico ou imaginário estão presentes. Isso se deu, pois, segundo Coelho (2000), para o povo e as crianças, o conhecimento do real se dava por meio da intuição e da emoção, e não através da racionalidade e da consciência intelectual; por isso predominou o pensamento mágico no cotidiano das pessoas, e da imaginação criaram-se narrativas como lendas folclóricas, mitos, contos, entre outros. Já Cândido (1972) afirma que a ficção e a fantasia são características de necessidade universal, pois aparecem na vida do homem constantemente. Desde narrativas orais até hoje, com a comunicação em massa, o ser humano manifesta a ficção e a consome diariamente. Ainda segundo o autor, a fantasia não é pura imaginação, “ela se refere constantemente a alguma realidade: fenômeno natural, paisagem, sentimento, fato, desejo de explicação, costumes, problemas humanos, etc.” (CÂNDIDO, 1972, p.83).

O maravilhoso é um elemento muito importante e bem utilizado na literatura infanto-juvenil e tão antigo quanto a sociedade antiga. Os significados do maravilhoso estão ligados aos problemas que o sujeito enfrenta no decorrer do amadurecimento social e emocional. Segundo Vladimir Propp (1997), no livro *As raízes históricas do Conto Maravilhoso*, esse gênero está ligado a aspectos dos ritos e costumes, e por isso normalmente está associado à sociedade e às instituições sociais. Ou seja, os antigos ritos trespassam seu significado para o conto maravilhoso. Por isso, percebe-se que da tradição oral surge o maravilhoso em livros, gênero que sofre mudanças de acordo com a época e a sociedade, e principalmente recebe influência de ritos e costumes.

De acordo com Vladimir Propp (1984 apud COELHO, 2000), o conto maravilhoso busca uma problemática social, e apresenta uma estrutura com cinco invariantes: a aspiração (ou desígnio) que leva a personagem a alguma ação; a viagem, sendo consequência da primeira invariante, se realiza com a saída de casa, ou seja, a personagem sai do seu habitual ambiente para um local estranho, não habituado; os desafios e obstáculos que surgem no decorrer da história e são supostamente invencíveis; a medição auxiliar, quando surge um mediador entre a personagem principal e o objetivo que está árduo de se obter, nesse momento o auxílio sempre é mágico ou sobrenatural, a qual deve anular o obstáculo/perigo que ajuda a personagem a vencer; e por fim, a conquista ou final feliz quando a personagem alcança o objetivo desejado. Vale ressaltar que essas características não são padrão para todos os contos maravilhosos. Coelho (2000, p.110) afirma que “a essas invariantes básicas correspondem inúmeras invariantes, circunstâncias acidentais que tornam cada conto único ou simplesmente diferente dos demais”.

Um ponto em questão é a confusão que acontece entre o maravilhoso e o fantástico. No gênero fantástico, o impossível aparece em algum ambiente familiar ou cotidiano, e as personagens buscam uma lógica para os acontecimentos mágicos, a exemplo disso, poderiam ser citadas histórias de *João e o Pé de Feijão*, *Cinderela*, *Aladdin*, *João e Maria*, entre outros. Para Tzvetan Todorov (1975), em *Introdução a Literatura Fantástica*, a personagem, em conjunto com o leitor, quando percebe essa mudança no cenário real, seleciona duas resoluções: ou é um engano dos sentidos, resultado da imaginação; ou o fato efetivamente aconteceu, sendo parte da realidade, sendo nesse caso uma realidade por leis desconhecidas por nós. De qualquer maneira, independente da possível solução, ocorre uma dúvida em face ao sobrenatural e isso é o efeito do fantástico.

Marcia Romero Marçal afirma que “o discurso narrativo fantástico constrói e mantém as personagens num estado de incerteza permanente diante da verdadeira índole dos fenômenos meta-empíricos que cruzam o caminho de suas vidas” (MARÇAL, 2009, p.04). Assim, percebe que aspectos como inquietação e hesitação estão frequentemente ligados ao fantástico, porém esses sentimentos podem não durar a narrativa toda, ou seja, “o efeito fantástico de fato se produz, mas somente durante uma parte da leitura” (TODOROV, 1975, p.48), ou realmente pode manter a dúvida durante a obra toda.

Já o maravilhoso se diferencia do fantástico, Segundo Karen Garcia Demamuta, Priscila Martins Engel e Silvia Beatriz Adoue (2006), essencialmente pela convivência entre o real e o sobrenatural ocorrer harmoniosamente, sem provocação de dúvidas. Assim, o maravilhoso não possui problema entre o real e o imaginário, ou seja, o conto maravilhoso trata de acontecimentos impossíveis de acontecer no real, sem causar questionamentos ou espanto tanto na personagem quanto na pessoa que lê. De acordo com Todorov (1975, p.60), “não é uma atitude para com os acontecimentos narrados que caracteriza o maravilhoso, mas a própria natureza desses acontecimentos”. O autor ainda destaca outras modalidades de narrativas maravilhosas, como o hiperbólico, o exótico, o instrumental e o científico. Isso é confirmado quando Propp (1997) afirma que o maravilhoso, assim como outras literaturas, sofre mudanças, reinterpretações e novas formações.

O maravilhoso em união com o real (ou realismo maravilhoso) surgiu sobretudo com as obras da literatura moderna que fizeram grande sucesso, como: *Alice no País das Maravilhas*, de Lewis Carroll, *Peter Pan*, de James M. Barrie e *Pinóquio*, de Collodi. Esses livros englobam o maravilhoso, pois são histórias que acontecem no mundo real e, repentinamente, ocorrem momentos que modificam a narrativa de maneira surreal e mágica. Segundo Coelho (2010, p.173), no realismo maravilhoso ocorre o “sentido mágico, do maravilhoso ou absurdo que pode ser encontrado dentro do cotidiano comum e prosaico”, sem que ocorra um espanto perante essa mudança, e ainda diz “Carroll foi um dos que primeiro o descobriram para o mundo de ontem e de hoje”.

Nesses textos é comum encontrarmos animais falantes, mudanças de tamanhos, reis, rainhas, príncipes, objetos inanimados que falam, pessoas que voam, personagens enigmáticos etc, que despertam o interesse e a imaginação dos leitores, tornando-se uma leitura que compreende vários elementos e aspectos distintos.

De acordo com Demamuta, Engel e Adoue (2006, p.79), esse gênero busca estratégias e recursos descritivos que forneçam um efeito especial na leitura como “um processo que naturaliza o sobrenatural [...]. Desse modo, o conteúdo do realismo maravilhoso consiste na busca de uma união de contraditórios”. Porém, não é somente a união dos opostos do real e imaginário sem cair no absurdo que caracteriza o gênero. Mais do que isso, esse tipo de literatura procura uma realidade nova. O que difere esse gênero dos outros é principalmente o “nível semântico, estrutural, pragmático e da linguagem” em buscar descrever os fenômenos culturais e históricos dentro de uma narrativa, com objetivo de ditar uma nova realidade. (DEMAMUTA, ENGEL e ADOUE, 2006, p.78). Além disso, Marçal (2009, p.02) afirma que a existência de leis e regras “fogem à opinião corrente do que deva ser a ‘normalidade’ à qual a natureza e o mundo se submetem”, e para as crianças e jovens, esse tipo de leitura é importante, pois, ao instaurar nenhum obstáculo entre o real e o irreal, os leitores “reforça os parâmetros que o orientam no seu conhecimento empírico do que seja a realidade”.

Lewis Carroll, autor aqui estudado, além de se destacar pelo maravilhoso trabalhado na obra *Alice no País das Maravilhas*, também consagra “o *nonsense* ou realidade absurda” (GÓES, 1991, p.94). O *nonsense* é uma expressão inglesa utilizada para significar o ilógico, o absurdo ou uma situação desprovida de coerência. De acordo com Coelho (2010), a corrente do *nonsense* apareceu na literatura britânica no século XIX, como oposto ao excessivo racionalismo vitoriano; “é a lúcida consciência do absurdo de regras e valores absolutos que, instituídos em sistema, regem a vida do homem. E a denúncia desse absurdo se faz através de outro absurdo”. Percebe-se que pelas características como o *nonsense*, o realismo maravilhoso, a simbologia, as críticas, e a linguagem utilizadas principalmente na obra *Alice no País das Maravilhas*, e em outras obras do autor, Lewis Carroll torna-se um artista expressivo e, por isso, seus livros são utilizados como uma literatura renomada e voltada para o público infanto-juvenil e adulto.

Além do uso do maravilhoso e do *nonsense* na obra, o escritor “usa o jogo lógico-semântico para criticar costumes, pessoas da época” (GÓES, 1991, p.94). Isso vai de acordo com Coelho (2000, p.127) quando afirma que Carroll se destacou principalmente por infiltrar na narrativa maravilhosa “uma análise lúcida dos exageros a que as convenções dominantes estavam submetendo os homens” em um livro para o público infanto-juvenil, o que levou também a leitura pelos adultos. Percebem-se também significados por trás das transfigurações, das mudanças em Alice, do papel dos animais, do rei e da rainha, enfim, esses e outros aspectos que

serão mais profundamente abordados no último capítulo do presente trabalho. Por ora, será abordado um pouco sobre a vida desse grande escritor.

2.2 LEWIS CARROLL

Charles Lutwidge Dodgson é o pseudônimo do renomado escritor Lewis Carroll. Nasceu em 27 de janeiro de 1832, em Daresbury (Inglaterra) e faleceu em 14 de janeiro de 1898, em Guildford (COELHO, 2010). Foi poeta, romancista e matemático. Gardner (2002, p.04) descreve o autor de maneira detalhada:

Carroll tinha uma aparência vistosa e assimétrica – dois fatos que podem ter contribuído para seu interesse por reflexos especulares. Um ombro era mais alto que o outro, seu sorriso era ligeiramente torto e o nível de seus olhos azuis não era exatamente o mesmo. Era de altura mediana, magro, mantinha sempre um porte ligeiramente ereto e tinha uma maneira abrupta e peculiar de andar. Era afligido pela surdez de um ouvido e por uma gagueira que fazia seu lábio superior tremer.

Lewis estudou, trabalhou e morou em Christ Church College, em Oxford, onde foi professor de matemática. Inicialmente, no âmbito dessa área não forneceu nenhuma pesquisa ou tributo significativo, mas alguns críticos e escritores atualmente afirmam que seus estudos estavam adiantados para a época. Foi ordenado diácono pelo bispo Wilberforce, porém raras vezes pregava e não foi ordenado pastor. De acordo com Morton N. Cohen (1998, p.17), no livro *Lewis Carroll: uma biografia*, “ele era um cristão devoto e praticante, e, no entanto via-se como um pecador contumaz”.

Dodgson nunca se casou ou teve filhos, e se alegrava muito com as amizades de crianças do sexo feminino. Segundo Gardner (2002, p.05), o escritor não gostava de meninos. Em certo momento, ele escreveu “gosto de crianças (exceto meninos)”. Segundo Cohen (1998), apesar de Lewis Carroll ser uma pessoa muito religiosa e especialmente tímida e discreta, as crianças gostavam muito dele, pois o escritor tinha a virtude de encantá-las e entretê-las. Cohen (1998, p.15) ainda afirma que o autor achava que as meninas “personificavam a essência do romantismo: admirava a sua beleza natural; valorizava suas declarações espontâneas; apreciava sua ilimitada inocência”. Por essa profunda simpatia perante as meninas, Carroll destinava boa parte de seu tempo para contar histórias, inventar jogos e brincadeiras, e principalmente divertir-se com as elas.

De acordo com Coelho (2010), o escritor foi apaixonado pela fotografia, quando este ramo estava se expandindo e tornou-se especialista em retratos, principalmente de crianças e pessoas famosas. Cohen (1998, p.16) destaca que Dogd gson tornou-se especialista no ramo da fotografia, sendo conhecido como “o melhor fotógrafo de crianças do século XIX”. Gostava de retratar ou fotografar os corpos nus das crianças meninas, pois “lhe pareciam extremamente belos”, e não havia nenhum desejo carnal da parte do autor (GARDNER, 2002, p.05). Esses momentos só ocorriam com a autorização da mãe e se a criança se sentisse à vontade. Segundo Gardner (2002) Lewis Carroll pediu que quando ele morresse, as imagens nuas das meninas fossem desfeitas ou devolvidas para os pais, pois o autor não queria que as imagens causassem empecilho para as crianças mais tarde.

Apesar de inúmeras opiniões divergentes a respeito de sua admiração de Carroll pelas meninas, Cohen (1998, p.18) ressalta que em diários e cartas do autor que foram divulgados nos últimos anos, verifica-se um homem que sofre pelos seus pecados e constantemente pede perdão de Deus; “seus sonhos provavelmente aventuraram-se em terrenos além do que ele considerava aceitável, invadindo recintos perigosos”, porém, nunca infringiu a inocência. Já de acordo com Gardner (2002, p.20) o motivo pela adoração pelas meninas pode ser, talvez, por Lewis se sentir sexualmente seguro, ou até mesmo, pela propensão na Inglaterra vitoriana de idealizar a formosura e a inocência virginal das meninas.

Um marco central na vida do autor iniciou-se, quando ele, então professor da Christ Church College, conheceu Henry George Liddell que assumiu a reitoria dessa instituição, e desse modo, aproximou-se da família Liddell. A amizade, principalmente com as meninas Liddell, Lorina, Alice e Edith, tornou-se mais forte pelas fotografias que Charles e seu amigo Reginald Southey faziam das meninas no jardim da reitoria e da família do reverendo (COHEN, 1998). Contudo, Carroll tomou gosto principalmente por Alice Liddell que posteriormente se tornou a alma para sua principal obra *Alice no País das Maravilhas*.

A relação de Charles com os Liddell também seguia um curso tranquilo, com apenas uma ou outra objeção voluntariosa por parte da Sra. Liddell. Ele freqüentava a reitoria regularmente e levava as crianças para longas caminhadas e expedições no rio. Os filhos dos Liddell vinham visitá-lo com tanta freqüência em sua casa que praticamente dominam as páginas o seu diário. A amizade com eles crescia firme e forte e, se é evidente que Charles se apegara profundamente a essas crianças, também é verdade que elas o adoravam, faziam-lhe convites, procuravam-no, desejam sua companhia e sua amizade. (COHEN, 1998, p.115).

Há indícios, como afirmam Cohen (1998) e Gardner (Carroll, 2002), que em torno de 1863, houve uma ruptura na relação de Lewis Carroll e a família Liddell, pois há algumas páginas do diário dele que foram arrancadas e posteriormente a família não aparece mais nos relatos do escritor, o que era constante; porém, não há provas do real motivo do rompimento. Somente em 1881, segundo Coelho (2010, p.173) que Lewis “reconcilia-se com a família Liddell [...] e reencontra Alice, já então casada”.

Muitos aspectos da vida de Lewis Carroll, principalmente pela divulgação de seus diários e suas cartas, são conhecidos atualmente no mundo, porém, percebe-se também, que muitas partes não são divulgadas, são desconhecidas, e principalmente curiosas.

De acordo com Góes (1991), suas primeiras publicações como escritor foram divulgados na revista *Comic Times* com poemas e contos, a partir de 1855. Porém, conhecido especialmente pelas obras de *Aventuras de Alice no País das Maravilhas* (1865) e *Alice através do espelho e o que Alice encontrou lá* (1872). Após essas obras, publicou o poema *The Hunting of Snark* (1876), e obras como *Euclides and his Modern Rivals* (1879), *Sylvie and Bruno* (1889) e *The Nursery Alice's* (1890) que se tornaram grandes leituras. (COELHO, 2010).

3. ALICE NO PAÍS DAS MARAVILHAS

3.1 OS CONTEXTOS ESTÉTICO E HISTÓRICO DA OBRA

Alice no País das Maravilhas surgiu em 1862 como uma inspiração, em um passeio de barco pelo rio Tâmisa do autor com seu colega reverendo Robinson Duckworth e as três irmãs Liddell: Lorina Charlotte, de 13 anos; Alice Pleasance, de 10 anos; e Edith, de 8 anos. O evento de levar as meninas para passeios não era incomum, como já visto anteriormente. A história veio quando as três meninhas pediram para Charles contar uma história, e a partir desse momento ele inventa a narrativa da menina que cai na toca do coelho (COHEN, 1998). Esse dia em especial está retratado em um poema no início do livro *Alice no País das Maravilhas*, quando o autor relembra: “naquela tarde dourada”, aonde “iam os remos a manobrar [...] o percurso do barco determinar” (CARROLL, 2002). No poema, Prima era Lorina, Secunda era Alice e Tertia era Edith (CARROLL, 2002). Charles Dodgson relembra, após muitos anos, em seu artigo *Alice on the Stage* como aconteceu a origem da obra:

Surja, pois, vinda do passado evanescente, “Alice”, a criança dos meus sonhos. Muitos e muitos anos se passaram desde aquela “tarde dourada” que lhe deu à luz, mas posso recordá-la quase tão claramente como se tivesse sido ontem – o azul sem nuvens acima, o espelho d’água embaixo, o barco derivando ocioso em seu caminho, o respingar das gotas que caíam sobre os remos, enquanto eles se agitavam tão solenemente para frente e para trás, e (único lampejo radiante de vida em toda a cena modorrenta) os três rostos impacientes, famintos de notícias do país das fadas, e que se recusavam a admitir um “não”; vindo daqueles lábios, “Conta-nos uma história, por favor” tinha toda a imutabilidade inflexível do destino. (CARROLL, 1887 apud CARROLL, 2002, p.8).

Após aquele dia, Alice Liddell insistiu para que Dogson escrevesse as histórias de Alice (a personagem) para ela, e ele aceitou, apesar de ter levado “dois anos e meio para entregar o manuscrito pronto, com ilustrações do próprio cunho” (COHEN, 1998, p.162). Foi durante a temporada que Lewis escrevia o esboço da história de Alice que ele decidiu que publicaria o livro, esse momento deu-se principalmente por influências do casal MacDonald, que, de acordo com Cohen (1998) era amigo do autor. Eles adoraram a história e insistiram para que ele a divulgasse. Vale ressaltar que inicialmente, no manuscrito, o livro se chamou *Alice por baixo da Terra*, que Lewis entregou a Alice de presente de natal; porém, não ficou contente com o título e por isso, posteriormente, a obra tornou-se *Alice no País das Maravilhas*.

Para ilustrar o livro, primeiramente, Dodgson mesmo tentou desenhar, porém, desistiu e conseguiu que o cartunista político John Tenniel, grande caricaturista e ilustrador da época, aceitasse o trabalho de ilustrar suas obras, porém sobre a supervisão do autor. As ilustrações originais de *Alice no País das Maravilhas* “são uma espécie de ‘desenho por procuração’: idealizadas por Carroll e executadas por Tenniel” (COELHO, 2010, p.171). O próprio Tenniel até mesmo conseguiu convencer Charles de excluir do livro *Alice Através do Espelho e o que Alice encontrou por lá* o capítulo “O Marimbondo de Peruca”, pois, de acordo com Cohen (1998, p.163), o ilustrador teve grande dificuldade em retratar um marimbondo de peruca, alegando assim ser algo “completamente fora do domínio da arte”. Destaca-se também que, apesar de Alice Liddell ser a inspiração para a obra, os aspectos físicos da protagonista da obra se diferem da amiga de Charles. Segundo Carroll (2002), Alice Liddell tinha cabelos escuros, curtos, lisos, com uma franja caída na testa; já a personagem tem cabelos louros e lidos.

A primeira edição do livro, publicado em dois mil exemplares, foi recolhida após Tenniel e Carroll não gostarem da qualidade da impressão. E somente depois de alguns meses a segunda triagem foi publicada. Como afirma Cohen (1998), atualmente Charles e Tenniel ficariam espantados em descobrir que esses primeiros exemplares, que para eles eram indignos de serem vendidos, hoje valem uma riqueza no âmbito editorial. A obra teve uma ótima recepção não só pelos amigos como também pelas críticas que foram totalmente favoráveis. Por essa aceitação, Lewis, após nove meses do lançamento oficial de *Alice no País das Maravilhas*, decide levar a história avante e começa a esboçar uma continuação de Alice. Assim, em 1871, foi lançado *Através do Espelho e o que Alice encontrou por lá*, o qual também foi um sucesso de vendas. Percebe-se que os livros de Alice foram um tremendo sucesso tanto para as crianças quanto para os adultos, e por isso até hoje são estudados e trabalhados no âmbito escolar como literatura infanto-juvenil do gênero maravilhoso. Cohen (1998, p.171) destaca:

Juntamente com a Bíblia e Shakespeare, são os livros mais traduzidos e citados no mundo. Em 1993, era possível encontrar à venda mais de 75 edições e versões dos livros de Alice, entre adaptações para o teatro, paródias, fitas cassete para acompanhar o livro, guias do professor, recursos audiovisuais, livros de colorir, livros didáticos [...], versões resumidas, versões ilustradas para crianças em idade de alfabetização, cartilhas, livros com figuras tridimensionais, versões musicadas, análises de casos para profissionais e uma edição de luxo pelo preço de 175 libras. Foram traduzidos para mais de setenta línguas [...] e podem ser encontrados em braile.

Em decorrência disso, desde sua estreia até hoje, os livros de Carroll sofreram adaptações para o teatro, cinema e dança. Podem-se destacar biografias do autor (além da biografia aqui utilizada) como *The Life and Letters of Lewis Carroll* de Stuart Dodgson Collingwood (escrita pelo próprio sobrinho). Gardner (CARROLL, 2002) mostra sociedades que foram formadas a fim de incentivar a leitura, a pesquisa de livros e a vida de Lewis Carroll, como *The Lewis Carroll Society*, fundada na Inglaterra; e *The Lewis Carroll Society of North América*. Cartas escritas pelo próprio Charles Dodgson foram publicadas nos dois volumes no *Letters of Lewis Carroll*, por Morton H. Cohen. Produções teatrais como *Alice on Stage*, de Charles C. Lovett, em 1990; e *Alice* de Glen Tetley. No cinema destacam-se *Alice no País das Maravilhas* (1903), por direção de Cecil Hepworth e Percy Stow na Inglaterra; *Alice no País das Maravilhas* (1951) na versão de Walt Disney Animation Studios, e a mais atual, *Alice no País das Maravilhas* (2010), na direção de Tim Burton. É claro que existem muitas outras obras e adaptações, porém, não cabe aqui aprofundar no assunto.

Diante desse contexto sócio-histórico do nascimento da obra, cabe ressaltar como a literatura vitoriana era abordada na época, sobretudo para crianças, e porque a obra de Lewis Carroll sobressaiu-se tanto entre outros livros. Conforme apresentado anteriormente por Coelho (2010), Lajolo e Zilberman (1999), foi a partir do século XIX que a literatura infanto-juvenil começou a ganhar seu espaço. Além disso, como abordado por Heywood (2004), no tópico sobre “A escola e o desenvolvimento infantil”, surgiu também a preocupação dos educadores e familiares em cuidar fisicamente e intelectualmente dos menores. Porém, esse século foi uma era de princípios de “moralidade rígida, puritana que traçam um comportamento social marcado pelo racionalismo [...] um período no qual as bases da sociedade eram regidas a partir do meio familiar, no cultivo das virtudes como a retidão, a seriedade e a castidade” (BRITO, 2007, p.1-2).

Esses conceitos se revelaram principalmente na literatura infantil, já que é a partir da leitura que se busca o conhecimento, e com objetivo de seguir as regras e padrões da sociedade, como se a repressão fosse algo bem intencionado. Contudo, houve alguns autores que não investiram nesse tipo de literatura, muito pelo contrário, eles criticavam a sociedade de forma divertida e implícita. Um deles foi Lewis Carroll que, entre muitos, se destacou, pois escreveu principalmente para o entretenimento dos menores e não com intuito de reforçar valores sócio-culturais, muito pelo contrário, fazendo-lhes críticas por meio de suas obras. Segundo Brito (2007), o autor por meio do maravilhoso foge da realidade para um mundo novo, a fim de

proporcionar uma fuga da hipocrisia da sociedade inglesa, além de um entretenimento e reconhecimento dos leitores para e com a protagonista.

Alice no País das Maravilhas, além de ser um livro encantador para leitura, pode e deve ser estudado como uma obra de muitos significados. Como afirma Gardner (CARROLL, 2002, p.8) “os livros de Alice prestam-se facilmente a qualquer tipo de interpretação simbólica – política, metafísica e freudiana”. Além disso, percebe-se nessa história, como dito anteriormente, o maravilhoso inserido no cotidiano, o recurso do *nonsense*, jogos de linguagem, entre outros aspectos que serão mais bem abordados no próximo tópico.

3.2 RESUMO DO LIVRO

O texto conta a história de uma menina chamada Alice que sai do seu mundo real e entra repentinamente para um mundo desconhecido. Essa mudança ocorre quando Alice, muito entediada com a leitura que a sua irmã está fazendo, corre atrás de um coelho (de colete, consultando um relógio) que passa por ela e entra em uma toca. Essa perseguição a faz cair em um profundo poço.

“e de que serve um livro”, pensou Alice, “sem figuras nem diálogos?”. Assim, refletia com seus botões [...] quando de repente um Coelho Branco de olhos cor-de-rosa passou correndo por ela. Não havia nada de tão extraordinário nisso; nem Alice achou assim tão esquisito ouvir o Coelho dizer consigo mesmo: ‘Ai, ai! Vou chegar atrasado demais!’ [...]; mas quando viu o coelho tirar um relógio do bolso do colete e olhar as horas, e depois sair em disparada, Alice se levantou num pulo [...] e, ardendo de curiosidade, correu pela campina atrás dele, ainda a tempo de vê-lo se meter a toda pressa numa grande toca de coelho debaixo da cerca. (CARROLL, 2002, p.11).

Quando Alice finalmente chega ao fim do túnel, depara-se com um salão com várias portas, todas trancadas. Percebe, então, que em cima de uma mesa de três pernas havia uma chave pequena, a qual abriria uma portinha que dava para um lindo jardim encantado. Porém, a menina não era pequena como a porta. Assim, magicamente, aparece uma garrafinha com um rótulo de “beba-me” que a faz encolher. Nesse processo, Alice ficou um pouco nervosa, pois se perguntava se iria encolher muito e terminar sumindo. “Pois isso poderia acabar [...] me fazendo sumir completamente como uma vela. Nesse caso, como eu seria?” (CARROLL, 2002, p.17). Quando Alice para de diminuir, percebe que esqueceu a chave em cima da mesa e que agora não consegue mais pegá-la, por isso começou a brigar consigo mesma, como se houvesse outra Alice. Contudo, logo encontrou uma caixinha de vidro debaixo da mesa, com um bolo pequeno, com a

instrução “coma-me.” Logo comeu e começou a crescer mais uma vez, só que dessa vez cresceu tanto que chegou a medir mais de dois metros. A menina, triste por não conseguir entrar no jardim, começa a chorar muito, de tal maneira que cria um lago de lágrimas. O Coelho Branco que atravessava o salão se assustou ao ver aquela pessoa tão enorme, e por isso deixa cair suas luvas brancas e seu leque. Como estava muito calor, Alice apanhou-os do chão e começou a se abanar. Após um tempo, percebeu que começou a diminuir de tamanho por causa do leque com que se refrescava, e por isso, antes que desaparecesse, largou o objeto. Porém, a menina escorregou e mergulhou em um lago de lágrimas que ela própria havia criado.

Assim, Alice nada até a margem com um Pato, um Dodô, um Papagaio e uma Aguieta, além de outras criaturas. Já em terra, todos decidem fazer uma Corrida em Comitê (uma corrida em um círculo) para se secarem. Ao final, todos são vencedores e a menina ganha um dedal como recompensa. Após o Rato contar uma longa e triste história, a garota deixa os animais e reencontra-se com o Coelho Branco. Ele a confunde com sua criada e manda que ela vá pegar seu leque e suas luvas (que havia perdido). Alice vai até a casa do Coelho e novamente bebe um líquido que a deixa tão grande que ocupa todo o lar.

Quando o Coelho chega a sua casa e é impedido de entrar pelo tamanho da menina, ele começa a atirar pedras pela janela que, quando caíam no chão, transformavam-se em bolos. Alice come alguns, volta a ser pequena e corre para um denso bosque. Lá ela encontra um grande cachorro e depois uma Lagarta azul sentada em um cogumelo gigante fumando um narguilé. Após alguns conselhos, a Lagarta ensina Alice a usar o cogumelo dizendo que um lado faz crescer e o outro diminuir. Depois de alguns experimentos, Alice finalmente volta às suas proporções normais e continua a andar pela floresta.

No meio do caminho, ela se depara com uma casinha menor que o tamanho dela e, assim, se encolhe o bastante para poder entrar nela. Descobre então que é a casa da Duquesa. Na cozinha se depara com uma cozinheira atirando pratos e outros objetos na Duquesa e no bebê, que está no braço, e um gato de Cheshire, pois o animal parava de sorrir. Como o bebê chorava muito, a Duquesa irritou-se e joga-o para Alice e sai para jogar croquetê com a Rainha. Quando Alice sai com o pequeno para o bosque, descobre que ele se transformou em um porco e por isso deixa-o partir. Logo depois, a menina se sobressalta com o Gato de Cheshire (que antes estava na casa da Duquesa) e, com o objetivo de chegar a algum lugar, pergunta ao gato qual é o melhor caminho, mas sem se meter com gente doida. O Gato diz que todos são loucos, inclusive ele e Alice, mas

responde que ela pode ir pelo caminho que dá no Chapeleiro Louco ou pelo da Lebre de Março e desaparece vagarosamente, deixando somente o seu sorriso.

Alice vai até a casa da Lebre, onde se faz convidada a participar do chá maluco com uma Lebre de Março, um Chapeleiro e um Caxinguelê (um roedor parecido com um pequeno esquilo). Todos provocam a garota com enigmas lógicos, mas nem eles são coerentes em suas respostas. Uma vez que o tempo parara de funcionar como vingança para o Chapeleiro Maluco, são sempre seis horas, a hora do chá, e por isso a mesa está sempre cheia de louça. Alice cansada de tanta confusão sai do chá, encontra uma porta no tronco da árvore, na qual volta para o salão que estava quando tudo começou, e, dessa vez, preparada, consegue ir ao lindo jardim que ela tanto desejava visitar. Lá, a menina descobre que é o jardim da Rainha e posteriormente conhece pessoalmente o Rei e a Rainha de Copas, a mulher, por sua vez, é uma mulher muito difícil que vive ordenando “Cortem-lhe a cabeça!” (CARROLL, 2002, p.80). Quando Alice aceitar jogar croquê, logo sente dificuldade, pois, além de ser um caos, o jogo consiste em utilizar flamingos vivos como marretas, ouriços como bolas e cartas vivas como balizas. O jogo é interrompido pelo Gato de Cheshire, cabeça de quem a Rainha e o Rei querem cortar a cabeça há uma confusão, pois o carrasco diz que não havia como cortar a cabeça do Gato, já que o mesmo só tem cabeça, e não tem como cortar uma cabeça sem corpo; contudo, o Gato já começara a sumir completamente. Após o evento, a Rainha leva Alice até o Grifo, para que ele leve a menina para conhecer a Tartaruga Falsa. O Grifo e a Tartaruga, que se mostra constantemente triste, contam para a menina histórias sobre a escola no mar, cantam e dançam, e depois o Grifo leva Alice para assistirem a um julgamento.

O julgamento consistia no roubo das tortas da Rainha de Copas, e o culpado era o Valete de Copas, porém as provas contra ele eram inconsistentes. A menina fica surpreendida pela horrível atuação no tribunal, e sem perceber começar a crescer lentamente. Após o testemunho, sem muita ajuda do Chapeleiro Louco e da cozinheira da Duquesa, a própria Alice é chamada para testemunhar. Ela contesta o julgamento e principalmente pela distorção dos fatos e das acusações do Rei e da Rainha de Copas. A Rainha, em um dado momento da discussão, manda cortar a cabeça de Alice. Porém, a mesma não tem medo, e por ser muito alta, confronta a todos, principalmente com o fato de serem baralhos. Ela diz ““Quem se importa com vocês? [...] Não passam de um baralho”” (CARROLL, 2002, p.121). Em seguida, os baralhos a atacam. Porém,

nesse momento, a irmã de Alice a acorda para ir tomar chá. A menina conta seu sonho e volta para casa, deixando a irmã imaginando o sonho de infância do País das Maravilhas.

3.3 ANÁLISE DE ELEMENTOS DA OBRA

Após essa contextualização estética e histórica e a apresentação do resumo do livro, cabe agora analisar mais profundamente algumas características do livro, pretendendo-se investigar se a compreensão desses elementos auxilia na construção da identidade dos alunos do Ensino Fundamental II. Para isso, divide-se esta análise em algumas categorias, a saber: personagens, ambiente, tempo e a obra como literatura infanto-juvenil.

3.3.1 Personagens

Logo no início da obra, quando Alice chega ao fundo do poço, ela começa a diminuir e aumentar de tamanho. A personagem no decorrer do livro muda de tamanho doze vezes. Góes (1991) afirma que uma das principais características de *Alice no País das Maravilhas* é o “Problema da Relatividade das Coisas”, pois a personagem sempre alterna em crescer e diminuir no decorrer da narrativa; e as metamorfoses surgem como um desafio ao nosso anseio de permanecermos em uma única forma. Quando Alice começa a diminuir ela fica nervosa “‘pois isso poderia acabar’, disse Alice consigo mesma, ‘me fazendo sumir completamente, como uma vela. Nesse caso, como eu seria?’” (CARROLL, 2002, p.17); e quando ela começa a aumentar demais, sente-se incomodada “Mesmo assim, aquilo estava muito desconfortável, e, como não parecia não ter a menor possibilidade de sair do quarto, não admira que se sentisse infeliz” (CARROLL, 2002, p.37). Na obra, a mudança de estatura pode ser compreendida como uma metáfora das transformações pelas quais as crianças e adolescentes passam ao entrar na puberdade.

Outra situação que afirma Alice como uma personagem que está em plena transformação é quando a mesma se questiona várias vezes sobre a sua identidade durante a história. Segundo Vilela e Dorta (2010, p.641), esse debate interior da menina reflete sobre a identidade essencial do ser que pode ou não continuar de acordo com o crescimento, e também questionamentos filosóficos clássicos como “Qual a minha natureza? Qual a minha identidade? Qual é meu verdadeiro eu?”. Isto é, os diferentes tamanhos refletem no desconforto da dúvida de Alice em

saber qual o seu papel no mundo, como também as mudanças corporais. Alice questiona sua personalidade, “‘Afinal de contas, quem sou eu? Ah, este é o grande enigma!’” (CARROLL, 2002, p.21). Essa discussão também aparece quando Alice conversa com a Lagarta e revela que está em uma crise de identidade quando a Lagarta pergunta quem é ela. “‘Eu...eu mal sei Sir, neste exato momento...pelo menos sei quem eu era quando me levantei essa manhã, mas acho que já passei por várias mudanças desde então’” (CARROLL, 2002, p.17).

Infere-se, ainda, que a protagonista em muitos momentos oscila entre o mundo adulto e o mundo infantil. Em partes da história, ela tenta interagir com os mais velhos e ser tratada como tal, preocupa-se com as opiniões deles, tenta se portar como uma moça e mostrar sabedoria. Demonstra-se isso em trechos como: “‘E que menininha ignorante ela vai achar que sou! Não, não convém perguntar nada [...]’” (CARROLL, 2002, p.13); ou quando se orgulha por não choramingar quando cai, “‘Bem!’ pensou Alice, ‘depois de uma queda desta, não vou me importar nada de levar um trambolhão na escada! Ora, eu não diria nadinha, mesmo que caísse no topo da casa!’” (CARROLL, 2002, p.13). Porém, há também momentos em que ela chora como uma criança, e até mesmo se reprime por tal atitude: “‘Devia ter vergonha’, disse Alice, ‘uma menina grande como você’ [...] ‘chorando dessa maneira! Pare já, já, estou mandando!’” (CARROLL, 2002, p.20) ou “‘E aqui a pobre Alice começou a chorar de novo, sentindo-se muito sozinha e acabrunhada’” (CARROLL, 2002, p.34).

Essas passagens demonstram, na realidade, como as crianças e os jovens se sentem diante das mudanças que ocorrem em suas vidas durante a transição da infância para a adolescência, e até mesmo da adolescência para a fase adulta. Além disso, os menores sentem receio perante o desconhecido e, como foi referendado anteriormente por Carvalho e Pinto (2002), os adolescentes enfrentam mudanças corporais, comportamentais e socioculturais. Isso corrobora os apontamentos de Coelho quando confirma que o objetivo de Carroll com as alterações de tamanho significa a modificação nas relações do indivíduo, essencialmente de Alice, “com o meio, os seres e coisas com que entra em contato. Por esses aspectos ‘suas aventuras’ continuam absolutamente atuais, pois é ainda um dos problemas do nosso tempo, a relatividade dos valores” (2010, p.176).

Desse modo, a preocupação das crianças em enfrentar o desconhecido e as mudanças do seu ser são um sentimento normal, e por isso as dúvidas perante a sua personalidade surgem, sendo comum, em muitos momentos, elas não conseguirem lidar com isso. Assim, ocorrem

variações em suas atitudes e relações, como ocorre em Alice, pois a personagem ora se porta como criança, e ora como adulta. Contudo, conforme Carvalho e Pinto (2002) abordaram anteriormente, os pais precisam estar presentes durante esse momento de transformação para auxiliar o adolescente e, ao mesmo tempo, fornecer apoio educacional e sentimental. Assim, a história de Alice entra como apoio ao leitor, pois ele se identifica com a protagonista e percebe que juntos eles podem conseguir o objetivo final, que é chegar ao jardim encantado, ou, em outras palavras, chegar ao momento final da história e conseguir sua própria autonomia.

Vale destacar, como foi dito por Gregorin Filho (2011), no tópico sobre a adolescência, que a criança passa para essa nova fase de diferentes maneiras, dependendo a sociedade em que ela está inserida. Por isso é que o conceito de adolescência se particulariza de acordo com a cultura ou com os valores da sociedade. Existem alguns lugares, por exemplo, em que ele precisa passar por um ritual, em outros, ele necessita alcançar um devido tamanho físico específico e, em outros, ele deve alcançar uma maturidade mental. O interessante é que no decorrer da narrativa de *Alice no País das Maravilhas* a protagonista passa por todas essas etapas: o ritual infere-se pela passagem do túnel (do mundo real para o maravilhoso), o físico pelas mudanças de tamanho e o intelectual pelo seu desenvolvimento e questionamentos no decorrer da narrativa. Por isso, a história de Lewis foi traduzida para diferentes línguas, pois a personagem pode ser assimilada em diferentes culturas e por diferentes leitores.

Apesar de Alice ser o centro do livro, há de se analisar também outros importantes personagens. A alguns deles, inclusive, atribui-se relação com pessoas da convivência real do leitor. Na parte da Lagoa de Lágrimas e da Corrida em Comitê, por exemplo, o Dodô pode ser associado ao próprio Carroll, pois, segundo Gardner (CARROLL, 2002, p.25) sua gagueira o fazia falar ‘Dodo-Dodgson’; já o Pato é o reverendo Robinson Duckworth; o Papagaio (em inglês Lory) seria a mais velha das irmãs Liddell, a Lorina. Afirma-se isso principalmente quando em um momento o Papagaio diz a Alice “‘Sou mais velho que você e devo saber mais’. E Edith Liddell é a Aguieta”. Gardner (CARROLL, 2002, p.28) ainda afirma que essa Corrida em Comitê pode simbolizar “fato de que os membros de comitês geralmente correm em círculos, sem chegar a lugar algum, todos almejando um prêmio político”, o que leva a uma crítica perante o sistema político da época, que pode também ser retratado na sociedade atual. O personagem Gato do Cheshire, que sempre está sorrindo, aparece logo depois da visita à casa da Duquesa. De acordo com Gardner (CARROLL, 2002), esse personagem se refere à expressão dos queijos do condado

de Cheshire, que na época eram muito conhecidos e tinham uma aparência de um gato sorridente. A Tartaruga Falsa reporta-se à Sopa de Tartaruga Falsa que geralmente era feita na época com carne de vitela.

Outra personagem que subjetivamente faz uma crítica à política da época é a Rainha de Copas. De acordo com Brito (2007), ela é uma das subversões mais relevantes na história, pois Lewis quis demonstrar nesse momento o poder limitado que a Rainha Vitória da Inglaterra Vitoriana tinha. Isto é, na época da publicação do livro, a Inglaterra era governada pelo sistema político da monarquia parlamentarista que consiste no chefe de estado, no caso da Rainha Vitória, porém há uma constituição que limita esse poder; assim, o poder de promulgar e gerenciar a política do país cabe a algum primeiro ministro. Demonstra-se esse aspecto quando o Grifo afirma para Alice que, apesar das criaturas do País das Maravilhas temerem a Rainha de Copas, nunca ninguém é executado. Brito (2007, p.8) ainda reitera dizendo que, na conversa do Grifo com Alice, tanto o animal quanto o narrador se referem “à Rainha de Copas apenas como ‘Rainha’, reforçando a possibilidade de interpretação desse ‘Rainha’ como se referindo à Rainha Vitória”. Além disso, percebe-se que a autoridade resolve qualquer adversidade com a ordem “‘Cortem-lhes as cabeças’” (CARROLL, 2002, p.81). Isso revela a forma que algumas pessoas superiores, como pais, políticos e professores, não sabem solucionar algum problema.

De acordo com o capítulo 01, tópico 1.4, no século em que Alice está inserida (XIX), as crianças deixam o ambiente dos adultos e ganham seu espaço na sociedade e na família, adquirindo um melhor desenvolvimento e educação, como visto por Ariés (1981) e Cunha (1999). Porém, o ensino nas escolas e a educação em casa têm por objetivo primordial prepará-las para vida madura, e, por isso, abordavam uma instrução controlada por condutas morais ditadas pela sociedade, conforme Brito (2007) também afirmou anteriormente.

Assim, percebe-se que não só as sociedades da Inglaterra Vitoriana, como as de hoje, exigem dos pré-adolescentes e adolescentes uma boa conduta e responsabilidade, principalmente nas escolas. Quando os adultos não são atendidos conforme desejado, os jovens são vistos como rebeldes ou insolentes, como abordado por Gregorin Filho (2011). O adolescente precisa de disciplina, mas, ao mesmo tempo, necessita e almeja liberdade e autonomia em seu ambiente. É dessa maneira que o Mundo das Maravilhas será mais bem abordado no tópico a seguir.

3.3.2 Ambiente

Quando Alice sai do seu estado de tédio e entra na toca do Coelho Branco, observa-se um “um rito de passagem, como se a menina estivesse saindo da vida real para entrar em um mundo de fantasia e sonho” (VILELA E DORA, 2010, p.640). Esse estado repentino do real para o maravilhoso, sem causar dúvidas e espanto, é a principal característica do gênero maravilhoso (ou realismo maravilhoso), como visto por Propp (1997) e Todorov (1975) anteriormente. O maravilhoso irrompe com o mundo real de Alice a partir do momento em que ela vê o Coelho Branco e o segue, é o absurdo que se insere no cotidiano. A protagonista, “[...] ardendo de curiosidade, correu pela campina atrás dele, ainda a tempo de vê-lo se meter a toda pressa numa grande toca de coelho [...] no instante seguinte, lá estava Alice se enfiando na toca atrás dele, sem nem pensar de que jeito conseguiria sair depois” (CARROLL, 2002, p.11). Segundo Brito (2007, p.5) esse momento de movimentação e curiosidade é um despertar do estado da personagem de monotonia causado pela sociedade repressora (principalmente da sociedade vitoriana) para um estado emocionante, além de ser uma violação perante a conduta que as crianças de época deveriam ter, “bem como em relação aos modelos infantis que apareciam na literatura vitoriana, principalmente na pedagogia”.

O mundo das Maravilhas é um lugar onírico, com seres imagináveis com atitudes propulsivas em humanas e loucas. Alice, no decorrer da história, se sente liberta e faz o que deseja. Nesse ambiente, os acontecimentos enfrentam o raciocínio lógico e o senso comum, de modo a instigar o questionamento e o pensamento do leitor. Para tanto, Lewis trabalha com o *nonsense* durante a narrativa, que, como visto antes, é uma linguagem, expressão de acontecimentos desprovidos de coerência e de sentido, ou seja, ilógicos. Porém, vale ressaltar que essa característica de *nonsense* na obra não é trabalhada de modo aleatório, como muito pelo contrário, Dodgson usa essa linguagem construindo jogos de palavras, trocadilhos, enigmas, questionamentos das regras lógicas, o absurdo, e paródias de poemas e músicas comuns de sua época. Exemplos de poemas e cantigas são: “Olha o pequeno crocodilo”, “Estás velhos, Pai William”, “A quadrilha da lagosta” ou “Esta é a voz do preguiçoso”. Contudo, ressalta-se que, segundo Gardner (CARROLL, 2002), as paródias dos poemas e canções do livro na época de Lewis eram bem conhecidos e por isso deviam provocar o entendimento, contudo, mesmo com essas reproduções destinadas a um tempo específico, elas se tornam engraçadas para as crianças que conseguem entender em diferentes contextos e se divertir com essas reproduções cômicas.

Ainda quando à linguagem, há também palavras e trocadilhos que instigam o leitor a pensar, como quando Alice confunde o significado de um vocábulo por causa do mesmo som, “‘Peço desculpa’ disse Alice [...] ‘Nós tínhamos chegado à quinta volta, não é?’. ‘Nós, não!’ gritou o Camundongo, muito brusco e zangado. ‘Nós!’ exclamou Alice [...] ‘Oh, deixe-me ajudar a desatá-los!’” (CARROLL, 2002, p.33). Ou seja, o pronome é confundido pelo substantivo plural. Observam-se trocadilhos no momento quando Alice está conversando com o Grifo, e a Tartaruga Falsa discorre sobre a escola e sua educação, com disciplinas de “lentura” para leitura, “estrita” para escrita, “histeria” para história, “morografia” para geografia. Lewis, com esse tipo de trocadilho, diverte as crianças e ao mesmo tempo faz com que pensem nas inúmeras interpretações das matérias que elas mesmas aprendem nas escolas. Verifica-se um enigma do Chapeleiro: “‘Por que um corvo se parece com uma escrivanhinha?’” (CARROLL, 2002, p.68). Há questionamentos lógicos, por exemplo, no diálogo de Alice, que está com o pescoço esticado, com a Pomba que a acusa de querer comer seus ovos, pois a menina é uma cobra.

“Mas não sou uma cobra, estou lhe dizendo!” insistiu Alice. ‘Sou uma... uma...’. ‘Ora essa! Você é o quê?’ perguntou a Pomba. ‘Aposto que está tentando inventar alguma coisa!’. ‘Eu...eu sou uma menininha’, respondeu Alice, bastante insegura, lembrando-se do número de mudanças que sofrera naquele dia. ‘Realmente uma história muito plausível!’ disse a Pomba num tom do mais profundo desprezo. ‘Vi muitas menininhas no meu tempo, mas nunca uma com pescoço desse! Não, não! Você é uma cobra; e não adianta negar.’ (CARROLL, 2002, p.53)

Verifica-se que o autor fornece a liberdade para Alice questionar, contra-argumentar e seguir o caminho que quer, porém, em muitos momentos os personagens da obra ofendem Alice ou a tratam mal de diversas maneiras. Verifica-se isso em momentos como: o Coelho Branco que confunde a menina com a empregada e fica gritando ordens; a Lagarta que a contesta sempre; a Duquesa que a censura; o Chapeleiro que desaprova o tamanho do cabelo da garota; a Lebre de Março que retifica a sua linguagem; e a Rainha que manda cortar-lhe a cabeça.

Verificam-se ofensas em algumas passagens, como “‘Nesse caso’, continuou Grifo, ‘se não sabe o que é desembelezar, você é uma bobalhona’” (CARROLL, 2002, p.95), ou “‘Pode-se tirar água de um poço d’água’, disse o Chapeleiro; ‘portanto você deveria admitir que se pode tirar melado de um poço de melado...não, sua burra?’” (CARROLL, 2002, p.74).

Além disso, percebem-se também cenas de violência, como a Cozinheira que joga pratos e outros objetos na Duquesa e no bebê; o Chapeleiro e a Lebre de Março que maltratam o

Caxinguelê; no jogo de croqué são usados animais em lugar de objetos, e também as ordens da Rainha de cortar as cabeças de qualquer pessoa que vai de embate com ela. Essas personagens podem ser espelhos dos adultos, pois os mesmos em muitos momentos querem mandar ou reprimir as opiniões e atitudes dos jovens, sem ao menos entendê-los. A Duquesa diz para Alice: “‘Você não sabe de grande coisa’, observou a Duquesa; ‘e isto é um fato’” (CARROLL, 2002, 58).

Percebe-se que o mundo onírico de Alice se compara com o mundo dos jovens e crianças, não só no local de casa, mas principalmente da escola. Basicamente a partir do século XVIII as crianças são tratadas como seres de valores, e assim as escolas param com os castigos corporais, como afirmado por Heywood (2004), mas os adultos continuam rígidos perante a educação desses seres.

Na época vitoriana, segundo Brito (2007), o mau comportamento, a violência e a tirania eram atitudes comuns, e por isso Lewis por meio de sua obra critica os austeros costumes da sociedade que o envolve. Porém, vale ressaltar que atos de violência física e moral até hoje estão presentes na sociedade. Isso se espelha na narrativa do autor aqui estudado e principalmente nas escolas de hoje em dia. Atualmente, o espaço educacional possibilita a liberdade para questionamentos e argumentação dos alunos jovens, mas ao mesmo tempo as autoridades os reprimem. Não só os professores, como os pais acham que todo jovem é rebelde e não sabe o que fala, porém, como dito por Matheus (2007) e Souza Neto (2000 apud MOREIRA, 2003), a constante manipulação e repressão da sociedade com fatores como o capitalismo e regras levam o adolescente a um conflito interior, uma perturbação, pois o mesmo se incomoda pelas condições impostas pelas autoridades. Conforme Zilberman (1967, apud Cunha 1999) demonstrou no tópico sobre a Escola e o desenvolvimento infantil, o novo conceito perante crianças e jovens concebeu uma união familiar e escolar, mas, ao mesmo tempo, possibilitou o controle no progresso intelectual deles. Assim, é necessário que os adultos dêem espaço e liberdade para os alunos se desenvolverem de modo adequado e satisfatório no âmbito escolar e residencial.

Percebe-se que Alice enfrenta essa contenção no Mundo das Maravilhas. A protagonista pode achar desagradáveis as mudanças de tamanho ou as ordens de outros personagens, porém, o País das Maravilhas é um mundo dos sonhos em que a estética reconstrói o espaço, mas deixa referências sobre a função que esses espaços exercem para a história e para ela. Na obra, Alice contesta essa hostilidade “‘É realmente espantoso’, murmurou consigo, ‘como todas as criaturas

brigam. É de levar a gente à loucura” (CARROLL, 2002, p.57). Exatamente por essas atitudes, Alice em algumas partes enfrenta as situações de como quando chuta o lagarto Bill da Chaminé, ou contesta personagens como a Rainha de Copas e o Chapeleiro, por exemplo.

‘Era muito mais agradável lá em casa’, pensou a pobre Alice, ‘lá não se ficava sempre crescendo e diminuindo, e recebendo ordens aqui e acolá de camundongos e coelhos. Chego quase a desejar não ter descido por aquela toca de coelho... no entanto...no entanto... é bastante interessante este tipo de vida! Realmente me pergunto o que pode ter acontecido comigo! Quando lia contos de fadas, eu imaginava que aquelas coisas nunca aconteciam, e agora cá estou no meio de uma!’ (CARROLL, 2002, p.37).

Por meio dessa análise, percebe-se que Lewis procurou unir o maravilhoso com características do cotidiano das crianças, a fim de entretê-las e diverti-las de maneira diferente, sem buscar a prática de comportamentos morais, mas sim expor, de maneira subjetiva e simples, como as autoridades e os adultos podem reprimir a evolução dos adolescentes. Essa ligação entre o mundo maravilhoso com a realidade torna a leitura agradável e especial, como está de acordo com Demamuta, Engel e Adoue (2006), pois elas confirmam, como relatado no tópico sobre o gênero maravilhoso, que essa categoria literária, por buscar a junção de ideias contrárias de forma espontânea, se difere dos outros por trabalhar sentidos de nível semântico, pragmático e estrutural nos aspectos históricos e culturais, criando assim, para as crianças e adolescentes, um novo universo.

Esse é o principal motivo que torna Carroll um autor da literatura infanto-juvenil, pois a partir dessa obra ele quebra com os parâmetros rigorosos da educação que havia na época (como visto no capítulo 1, como uso da tirania e rígidas condutas morais), não só na escola como em casa, e insere o maravilhoso na vida da criança de maneira divertida, simples e diferente. Observa-se também que Alice se desenvolve no decorrer da história. Isso será melhor estudado no item abaixo.

3.3.3 Tempo

Se durante a leitura o leitor acompanha a evolução da protagonista na história, há também a evolução do leitor junto com Alice, pois ambos enfrentam juntos um ambiente imprevisível e contrário do cotidiano deles. A personagem vive em um mundo livre de normas e condutas, conhece personagens inusitados, e muitas vezes recebe ordens e não é entendida. Porém, no fluir

da história, ela vai amadurecendo. Percebe-se, inclusive, que no sonho dela não existe nenhuma outra criança, o que já reforça a imagem de amadurecimento. Quando chega aos últimos capítulos, ela não aceita a tirania do Rei e da Rainha de Copas. Essencialmente no último capítulo, com o julgamento do roubo das tortas da Rainha, percebe-se que Alice alcança a condição de adolescente, pois a mesma, além de contestar o poder do juiz quando ele a manda sair por causa de seu tamanho “‘Bem, seja como for, não vou sair’, disse Alice; ‘aliás, essa regra não é válida: você acaba de inventá-la’” (CARROLL, 2002, p.117), contraria a decisão do Rei e da Rainha em culpar o réu por uma carta que não é da letra dele, e nem ao menos está endereçada “‘Não prova coisa alguma!’ exclamou Alice. ‘Ora, nem sabem do que tratam os versos!’” (CARROLL, 2002, p.118)

No final do livro, quando a protagonista enfrenta o Rei e a Rainha de Copas no julgamento do roubo da torta, infere-se uma revolta não só contra o sistema da sociedade na vida real, mas também perante as alegações contra o réu. Além disso, “enfrentar o poder real e não ser punido é o ápice da libertação da rigidez e da opressão” (BRITO, 2007, p.9). A personagem diz “‘Quem se importa com vocês?’”, disse Alice (a essa altura tinha chegado a seu tamanho normal). ‘Não passam de um baralho’” (CARROLL, 2002, p.121). Nesse momento, ela enfrenta a autoridade maior do País das Maravilhas e desse modo faz com que os leitores consigam atingir, por intermédio da leitura, essa libertação. É por essa oposição e evolução da protagonista que o final de *Alice no País das Maravilhas* não tem um final feliz por causa de um príncipe encantado, como nos contos de fadas, isto é, “em vez de uma felicidade melosa, ela adquire confiança, aprende a lidar com o mundo; em vez de amor, ela encontra progresso, reconhecimento, aceitação [...] oferecendo-lhe uma esperança de sobrevivência da passagem da infância par a vida adulta” (COHEN, 1998, p.177).

Charles, consciente ou inconscientemente, atingiu a essência universal da infância e captou as desilusões, os medos e o desnorreamento que todas as crianças sentem no seu dia a dia. Ele teceu em suas histórias, medo, condescendência, rejeição e violência, e ao lê-las as crianças sentem o coração bater mais forte e a pele arrepiar-se, não tanto pelo entusiasmo quanto por um inusitado reconhecimento de si mesmas, dos obstáculos que são constantemente obrigadas a superar. [...] essas experiências dolorosas e nocivas são o preço que as crianças pagam em qualquer sociedade e em qualquer época (COHEN, 1998, p.176).

Assim, o autor reconhece que Alice, assim como os jovens, pode lutar perante as autoridades. Ainda de acordo com Cohen (1998, p.180) a linguagem de Dodgson não é

monossílabo e tediosa, muito pelo contrário, ele usa “palavras longas e polissilábicas, conceitos sofisticados, idéias que uma criança não está preparada para aprender”. Porém, quando a criança se sente incluído na narrativa ela “sente-se instigada a fazer perguntas sobre as palavras e conceitos difíceis” (COHEN, 1998, p.180). Além do mais, a história serve como apoio para o reconhecimento do indivíduo para e com as atitudes da personagem. Lewis não só trabalha a inteligência dos leitores como também a imaginação. Desse modo, no tópico seguinte, será abordado como *Alice no País das Maravilhas* pode ser lido como uma boa literatura em sala de aula.

3.3.4 *Alice no País das Maravilhas* como Literatura Infanto-juvenil

Como afirmado anteriormente, a obra de Carroll possui diversas interpretações. De acordo com Denise Silva Vilela e Diziele Dorta, no artigo *O que é desenvolver o raciocínio lógico? Considerações a partir de Alice no País das Maravilhas*, uma dessas significações seria o livro possuir relações com o pensamento lógico e aspectos não lógicos (como a fantasia), que são inseridos sem questionamentos no cotidiano de Alice (gênero maravilhoso). Essa relação com o racional e a fantasia revela o valor da criatividade e da fantasia no crescimento absoluto da criança (VILELA E DORTA, 2010). Esse é apenas um dos motivos pelos quais o livro de Carroll revela-se como uma boa literatura para ser trabalhada em sala de aula, uma vez que ela foge do padrão convencional de moralizar e insere uma narrativa onde o significado não existe, valorizando o imaginário e a capacidade criativa e reflexiva do leitor.

Como foi visto anteriormente, essencialmente nos séculos XVIII e XIX, os livros para o público infanto-juvenil não eram numerosos e nem sempre tinham uma linguagem adequada, principalmente na Inglaterra Vitoriana. Contudo como visto em Góes (1991), no tópico sobre Literatura infanto-juvenil e a escola, muitos professores e pais passam para as crianças e jovens leituras que não condizem com o desenvolvimento mental deles. Ou, muitas vezes, acham que uma linguagem simples e moralizante é a melhor literatura. Exatamente pelo livro de Lewis Carroll ser o contrário do que era esperado, ele tornou-se um exemplo clássico de literatura infantil, por romper com a tradição. De acordo com Cohen (1998), a maioria dos livros para crianças e jovens naquele tempo era destinada somente a ensinar e doutrinar, ou seja, não priorizava desenvolver aspectos imaginários, somente a inteligência. Assim, pela linguagem, os

jogos, as insinuações e, principalmente, pelos divertidos personagens, essa leitura torna-se agradável aos olhos das crianças e até mesmo dos jovens e adultos, além de proporcionar aos leitores uma oportunidade de um mundo novo.

A literatura pode formar; mas não segundo a pedagogia oficial, que costuma vê-la ideologicamente como um veículo da tríade famosa, - o Verdadeiro, o Bom, o Belo, definidos conforme os interesses dos grupos dominantes, para reforço da sua concepção de vida. Longe de ser um apêndice de construção moral e cívica [...] ela age com o impacto indiscriminado da própria vida e educa como ela, - com altos e baixos, luzes e sombras. (CÂNDIDO, 1972, p.84)

Logo de início, Alice reclama que está cansada da leitura do livro que sua irmã está fazendo, com isso, percebe-se que os menores eram obrigados a escutar histórias que estavam em um nível além de sua idade ou com o cunho educacional como foi abordado por Brito (2007) anteriormente. Assim, mesmo sendo um livro publicado no século XIX, as crianças e os jovens, apesar de estarem ganhando seu espaço na sociedade, muitas vezes ainda tinham uma literatura sem graça, ou, como afirma Alice, cansativa. Nesse trecho o autor tenta passar que a literatura infantil precisa incluir figuras e conversas. Por isso, a escola, como um local para o desenvolvimento dos alunos, deve estar atenta aos diversos tipos de leituras que são usados em sala de aula. De acordo com Vilela e Dorta (2010, p.637) “os compromissos e a formação intelectual devem ser dosados com as necessidades de brincar, fantasiar, criar livremente. [...] sendo importante trabalhar a criticidade, a criatividade, o raciocínio lógico e a capacidade de refletir”. *Alice no País das Maravilhas* abrange essas características. O livro possui imagens, trabalha com a imaginação, com palavras, questionamentos, criatividade e, acima de tudo, o leitor se reconhece com a protagonista.

Essas e outras características de *Alice no País das Maravilhas* formam uma literatura que não procura explicitamente reproduzir valores morais e pedagógicos, mas sim dar prazer. Apesar de vários aspectos cognitivos e sociais no interior do enredo, o principal foco é a aceção do maravilhoso e absurdo dentro do dia a dia de jovens e crianças, “é ser, antes de tudo, um livro para crianças. Alice é um livro para crianças, escrito para e com uma criança. Sua finalidade é divertir” (GÓES, 1991, p.94). Porém, acima do entretenimento, essa obra é rica em aspectos lógicos e imaginários, pois, além da personagem fugir do padrão rígido de sua época, ela vive em um mundo de loucura e diversão, sem pensar na punição ou medo. E as crianças precisam dessa oportunidade tanto nas escolas como em casa. Os elementos mágicos que são constantes na

narrativa, além de serem vistos, conforme Brito (2007, p.6), como “uma crítica ao pensamento lógico e racional que estava muito presente no século XIX”, necessitam estar nas leituras infanto-juvenis para o desenvolvimento de aspectos como a criatividade e a reflexão, como visto no tópico da Literatura infanto-juvenil e a escola.

O livro de Alice contempla algumas características que os adolescentes possuem e as quais lhe são comuns, como: problemas com o tamanho, identidade, opressão, autoridades, ordens, violências e questionamentos. Ademais, ela quebra as convenções, enfrenta o que acha certo e é ousada. Esses conceitos causam uma integração entre o leitor e a personagem, pois Charles Dodgson consegue retratar de maneira divertida a realidade das crianças e jovens, causando, desse modo, uma identificação em um universo imaginário, com acontecimentos e atitudes que fazem parte da própria sociedade deles. Ou seja, o jovem identifica sua existência com o que aconteceu no livro lido. Talvez por isso, a leitura, ou melhor, a compreensão dessa obra contribui para a formação da identidade de alunos do Ensino Fundamental II.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho era investigar se a leitura da obra *Alice no País das Maravilhas*, de Lewis Carroll, contribui para a construção da identidade dos alunos do Ensino Fundamental II, pois esses alunos estão na fase de transição da infância para a adolescência. E, por causa de suas mudanças, leitura de obras como essa, podem ajudá-los a passar por esse momento de maneira mais familiar, uma vez que lhe apresenta situações possíveis, ainda que fictícias.

Para isso, inicialmente, resgatou-se o surgimento dos conceitos de infância e de adolescência. Foi visto que as crianças eram entendidas como pequenos adultos, e, portanto, viviam no meio social dos adultos, sendo-lhes desconsiderada a infância como uma fase do desenvolvimento humano. Somente no século XVII que se iniciou uma preocupação com as crianças, principalmente por ação de educadores e moralistas, e dessa maneira elas se tornaram personagens com características e necessidades próprias. Esse processo deu-se, também, por causa das escolas. Esse ambiente, como um local de valorização da educação e de desenvolvimento intelectual e social dos alunos na sociedade, sofreu alterações durante os séculos. Foi averiguado que os menores não frequentavam assiduamente as escolas, e quando o faziam os alunos de todas as idades ficavam na mesma sala. Além disso, havia o castigo corporal que era muito usado como forma de disciplina, e somente no século XVII e XVIII foi que a prática diminuiu. Percebe-se que a escola se desenvolve junto com as crianças e os jovens, e como a sociedade percebeu a necessidade de cuidado nessas fases, a escola, essencialmente no século XIX, evolui de maneira significativa, passando a ser um local para transmitir valores e conhecimentos.

O adolescente, assim como a infância, foi um conceito que surgiu já tarde (século XVIII) nas sociedades e nas escolas. Como foi visto, até hoje, em algumas sociedades, o jovem não é valorizado e não tem seu espaço. Isso é um equívoco, já que a adolescência é uma fase de grande importância no desenvolvimento e nas transformações físicas, comportamentais e culturais do jovem. Ou seja, surgem novas concepções e visões perante o mundo e a sociedade, e isso, acarreta um impacto na vida do adolescente que muitas vezes é percebido pelos adultos como rebeldia. O que não se enxerga é a pressão e imposição que a sociedade e os pais fazem com eles, sem ao menos entenderem as dificuldades que jovens sentem por essas modificações. Por isso, os adultos sentem dificuldade para educar e não percebem que precisam estar presentes no dia a dia

dos jovens para conceder a liberdade que eles almejam, e ao mesmo tempo, ajudá-los no que precisam, de uma maneira mais efetiva e afetiva.

Nesse contexto, a literatura entra na vida das crianças e jovens como uma leitura que abrange conceitos culturais, sociais e ideológicos. No tópico sobre literatura infanto-juvenil investigou-se, mais profundamente, como a literatura infanto-juvenil foi se transformando e evoluindo no decorrer do tempo. Percebeu-se que as histórias mudavam sua linguagem e estilo de acordo com a sociedade e a escola, porém, somente no século XVIII, principalmente como meio de mercadoria, foi que a literatura infanto-juvenil surge definitivamente, como objeto para educar e passar valores, de modo rígido, para os menores. Assim, a literatura destinada para jovens e crianças tem origem por narrativas orais, no decorrer dos anos se transformou, e se tornou uma leitura infanto-juvenil definitivamente no século XVIII. Atualmente, esse tipo de livro visa divertir e educar os alunos de maneira significativa e saudável, porém, ainda está em desenvolvimento.

Os livros destinados às fases da infância e adolescência incorporam uma grande quantidade de gêneros: lendas, mitos, contos fantásticos, fábulas, poemas, romances, entre outros. Cabe às escolas e famílias incorporar essa literatura no cotidiano do aluno com objetivo de entretenimento. O que se verifica é que os educadores buscam leituras obrigatórias com atividades extraclases, livros com uma linguagem muito simples, com aspecto moralizante ou leituras que não condizem com a etapa em que o aluno está inserido. Isso é uma falha no sistema escolar, já que a leitura necessita prender a atenção do aluno, além de valorizar a imaginação e conhecimentos a fim de gerar significados, condutas e sentimentos de forma simples e divertida.

O gênero maravilhoso é um gênero literário que corresponde a uma leitura rica e variada, e está presente em muitos livros da literatura infanto-juvenil. Como visto anteriormente, gêneros em que a imaginação e a fantasia estão muito presentes na narrativa são de extrema importância para os alunos que estão em constantes mudanças, pois, livros de ficção e de fantasia sempre se referem a alguma realidade social ou natural com vistos a facilitar a convivência com essas realidades.

Neste trabalho, ressaltou-se, também, a diferença entre o fantástico e o maravilhoso, já que o primeiro surge como algo estranho no ambiente familiar, e o segundo é inserido na narrativa de modo sutil, sem causar estranhamento ou dúvidas. Essa união de contraditórios, com o maravilhoso e o real (ou realismo maravilhoso), tornam esse tipo de leitura especial, pois, além

de despertar o interesse e a imaginação, ela busca uma realidade nova, fazendo com que o leitor se insira na leitura e se identifique com os personagens e a sua realidade.

Desse modo, foi escolhido estudar Lewis Carroll, pois foi um autor que teve e tem grande destaque. Ele utilizou o gênero maravilhoso e ainda inseriu o *nonsense* (uma narrativa que é caracterizada pelo absurdo, ilógico, desprovido de significação) na história de suas obras. Assim, utilizou-se do livro *Alice no País das Maravilhas* como objeto de investigação desse trabalho, como uma leitura que pode contribuir para a vida dos alunos, não só como diversão, mas como elemento importante na formação de identidade.

Nesse sentido, verificaram-se alguns aspectos que auxiliam na construção da identidade dos jovens. Destacaram-se as mudanças de tamanho e questionamentos sobre identidade como metáfora das transformações que as crianças passam para a fase da adolescência e se sentem incomodada, como a própria Alice. Há variações entre o espaço adulto e o infantil durante a narrativa, que se espelha como na vida dos adolescentes, pois, há momentos em que se sentem frágeis, necessitando de ajuda e conselhos, e momentos em que querem demonstrar responsabilidade e sabedoria, além do desejo da aprovação dos mais velhos. Isso demonstra a oscilação que os adolescentes passam quando saem da infância, assim como Alice.

Observam-se jogos de linguagem, trocadilhos e questionamentos que instigam o raciocínio do leitor. Além do mais, o autor insere o maravilhoso no País das Maravilhas na vida do leitor como um local que, ao mesmo tempo, repreende e liberta a personagem. Isso pode representar as escolas, pois é um local que exige de suas crianças e jovens, responsabilidade e boa conduta, mas, proporciona também a liberdade de questionamento. Verifica-se a violência e as ofensas que Alice sofre durante a história, que reflete na opressão e exigências que os pais e sociedade têm com os jovens. No final do livro, Alice aparece como um ser que enfrenta a autoridade e contra-argumenta com o que está errado. Observa-se que o adolescente cresce e se desenvolve com a protagonista no decorrer da história, enfrentando dificuldades em momentos diferentes dos cotidianos.

Assim, o livro de Carroll se torna uma boa leitura para ser trabalhada em sala de aula, principalmente pelo fato de o leitor poder se reconhecer dentro da obra.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BETTELHEIM, Bruno. *A psicanálise dos contos de fadas*. 27.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- BRITO, Bruna Perrella. *Alice no País das Maravilhas: Uma crítica à Inglaterra Vitoriana*. 2007. 10 f. Artigo (Graduação) – Projeto todas as letras, Centro de Comunicação e Letras, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007. Disponível em: http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCL/projeto_todasasletras/inicie/BrunaBrito.pdf . Acesso em: 13 ago. 2013.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. p.09- 48.
- CÂNDIDO, Antônio. A literatura e a formação do homem. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 24, n. 9, p. 81-90, set. 1972.
- CARROLL, Lewis. *As aventuras de Alice no país das maravilhas e Através do espelho*. Introdução e notas Martin Gardner. Trad. Maria Luíza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- CARVALHO, Alysson; PINTO, Mércia Veloso Pinto. Ser ou não ser...Quem são os adolescentes?. In: CARVALHO, Alysson; SALLES, Fátima; GUIMARÃES, Marília. *Adolescência*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 11-29.
- COELHO, Nelly Novaes. *Literatura Infantil: teoria, análise e didática*. São Paulo: Moderna, 2000.
- COELHO, Nelly Novaes. *Panorama Histórico da Literatura infantil/juvenil: das origens indo-europeias ao Brasil contemporâneo*. 5.ed. São Paulo: Amarelis, 2010.
- COHEN, Morton N. *Lewis Carroll: Uma biografia*. Tradução de Raffaella de Filippis. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- COSSON, Rildo. *Letramento Literário: teoria e prática*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- CUNHA, Maria Antonieta Antunes. *Literatura Infantil: teoria e prática*. São Paulo: Ática, 1999.
- DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira. Adolescência(s): Identidade e Formação Humana. In: CARVALHO, Alysson; SALLES, Fátima; GUIMARÃES, Marília. *Adolescência*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 31-47.
- DEMAMUTA, Karen Garcia; ENGEL, Priscila Martins; ADOUE, Silvia Beatriz. O realismo maravilhoso em Cem anos de solidão. *A Caminho...Apelo à pesquisa*, Batatais, n. 4, p. 79-83, jan./dez. 2006.

- DONÊNCIO, Maria Conceição Barbosa. Resgatando valores nas tramas dos contos de fadas. *Aphonline*, Trindade, v. 1, n. 1, p. 83-90, jan./jun. 2011.
- DUARTE, Márcia Nunes; WERNECK, Leonor. A literatura e o Ensino de Leitura para o público juvenil. *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 6, p. 1-3. 2005.
- FARIAS, Francly Rennia Aguiar de. Literatura Infantil: A contribuição dos Contos de Fadas para a Construção do Imaginário Infantil. *Revista Eletrônica Saberes da Educação*, v. 3, n. 1, p. 1-13, 2012.
- FERRETTI, Celso J.; ZIBAS, Dagmar M. L.; TARTUCE, Gisela Lobo B. P. Protagonismo Juvenil na Literatura Especializada e na reforma do Ensino Médio. *Fundação Carlos Chagas*, São Paulo, v. 34, n. 122, p. 411-423, maio/ago. 2004.
- GÓES, Lúcia Pimentel. *Introdução à literatura Infantil e Juvenil*. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1991.
- GREGORIN FILHO, José Nicolau. *Literatura juvenil: adolescência, cultura e formação de leitores*. São Paulo: Melhoramentos, 2011.
- HEYWOOD, Colin. *Uma história da Infância*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- KLEIMAN, Ângela. *Texto e Leitor: aspectos cognitivos da leitura*. 14.ed. São Paulo: Pontes Editores, 2011.
- LAJOLO, Marisa. *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*. 6.ed. São Paulo: Afiliada, 2001.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *Literatura Infantil Brasileira: história e histórias*. 6. ed. São Paulo: Gráfica, 1999.
- MARÇAL, Marcia Romero. A tensão entre o fantástico e o maravilhoso. *Revista Fronteiraz*, São Paulo, v. 3, n. 3, p.1-8, set. 2009.
- MATHEUS, Tiago Corbisier. *Adolescência: história e política do conceito na psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 11- 47.
- MOREIRA, André Luis Gomes. *Literatura e adolescência em livros didáticos de português*. 2003. Tese (Mestrado) – Universidade Federal de Brasília. Brasília, 2003.
- OLIVEIRA, Patrícia Sueli Teles de. *A contribuição dos Contos de Fadas no processo de aprendizagem das crianças*. 2010. 62 f. Graduação - Curso de Pedagogia, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2010.
- PROPP, Vladimir. *As raízes históricas do Conto Maravilhoso*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 11-48

TALAMONI, Daniela. *A leitura na pré-adolescência*, 2008. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/linguaportuguesa/praticapedagogica/passagem-so-ida>>. Acesso em: 13 abr. 2013.

TAVARES, Hênio Último da Cunha. *Teoria Literária*. 7. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

TODOROV, Tzvetan. *Introdução a Literatura Fantástica*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

VILELA, Silva Denise; DORTA, Deiziele. O que é “desenvolver o raciocínio lógico?” Considerações a partir do livro *Alice no País das Maravilhas*. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v.91, n.229, p.634-651, set./dez. 2010.